

# INFORMS

INFORMATIVO  
MERCO SHIPPING

RESUMO INFORMATIVO  
COM AS PRINCIPAIS  
NOTÍCIAS DOS SETORES  
PORTUÁRIO E DE  
NAVEGAÇÃO

Edição 084/2023  
Data: 16/05/2023



### ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

<b>A TRIBUNA DIGITAL (SP).....</b>	<b>4</b>
OBRAS DO PARQUE VALONGO DEVEM COMEÇAR NO SEGUNDO SEMESTRE NO PORTO DE SANTOS.....	4
NA ROTA DA INOVAÇÃO - UMA EXPEDIÇÃO ISRAELENSE .....	5
MINISTRO DE PORTOS TEM PRESSA NA TRANSFERÊNCIA DO TERMINAL DE PASSAGEIROS PARA O VALONGO, EM SANTOS .....	6
'NOSSO OBJETIVO É TRAZER PARA SANTOS O CONCEITO DE PORTO-INDÚSTRIA', DIZ SECRETÁRIO .....	7
<b>MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA .....</b>	<b>9</b>
MASTERBOI VOLTA A EXPORTAR PARA A CHINA E ABRE 200 VAGAS .....	9
CONSIDERAÇÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO DA CONSTRUÇÃO NAVAL E OFFSHORE BRASILEIRA .....	10
URGENTE: MORRE EM SÃO PAULO EMPRESÁRIO PASSARÃO, DONO DO PORTO CHIBATÃO.....	10
GOVERNO ESTUDA DECRETO PARA AMPLIAR USO DE ZPES POR EMPRESAS DE FORA DO REGIME .....	11
<b>GOV.BR – MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA - DF.....</b>	<b>11</b>
COM ADESAO DE GOIÁS, GOVERNO FEDERAL AMPLIA ACESSO À VENDA DIGITAL DE VEÍCULOS.....	11
MANUTENÇÃO DA BR-174/RR AUMENTARÁ INTEGRAÇÃO DE RORAIMA COM O BRASIL E A AMÉRICA DO SUL .....	12
DUPLICAÇÃO DE PISTA E NOVO ACESSO NA BR-116/RS BENEFICIAM POPULAÇÃO DE CAMAQUÃ .....	13
<b>BE NEWS – BRASIL EXPORT .....</b>	<b>14</b>
EDITORIAL – REGRAS CLARAS PARA UM MODELO EFICIENTE .....	14
NACIONAL - HUB – CURTAS.....	15
<i>Futuro offshore</i> .....	15
<i>Reforço orçamentário 1</i> .....	15
<i>Reforço orçamentário 2</i> .....	15
<i>De volta 1</i> .....	15
<i>De volta 2</i> .....	15
NACIONAL - REUNIÃO ENTRE MINISTÉRIO DE AEROPORTOS E CONCESSIONÁRIA DO GALEÃO É ADIADA .....	15
NACIONAL - SENADO ANALISA MP PARA BENEFICIAR SETOR AÉREO.....	16
REGIÃO SUDESTE - PREFEITURA DE SANTOS E EMPRESA CHINESA ASSINAM TERMO QUE IRÁ CUSTEAR O PARQUE VALONGO.....	17
SANTOS EXPORT - MÁRCIO FRANÇA DEFENDE PARCERIA COM O GOVERNO DE SP PARA TÚNEL SANTOS-GUARUJÁ.....	18
O ESCRITÓRIO DE ADVOGACIA ESTEVES SÁ AGORA É SAMMARCO ADVOGADOS .....	19
SANTOS EXPORT - SANTOS EXPORT É REFERÊNCIA MUNDIAL, DIZ CEO DO BRASIL EXPORT.....	19
SANTOS EXPORT - LANÇAMENTO DO INFRABRASIL MARCA SOLENIDADE DE ABERTURA DO FÓRUM .....	20
SANTOS EXPORT - MODELO E PRAZO PARA IMPLANTAÇÃO DA GESTÃO CONDOMINIAL SÃO GRANDES DESAFIOS DO SETOR.....	21
SANTOS EXPORT - REFORMA ADMINISTRATIVA E POLÍTICAS PÚBLICAS DEVEM SER FOCO PARA ELIMINAR SOBREPOSIÇÕES.....	22
SANTOS EXPORT - MINISTRO ANDRÉ MENDONÇA PALESTRA EM ENCERRAMENTO DO INFRAJUR.....	23
SANTOS EXPORT - SANTOS EXPORT DEBATE MODELOS DE GESTÃO PARA FUTURO DO PORTO DE SANTOS.....	24
NACIONAL – VITRINE.....	26
<b>AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS .....</b>	<b>27</b>
MUDANÇA ENCERRA SUBORDINAÇÃO OBRIGATÓRIA À PARIDADE DE IMPORTAÇÃO, DIZ PETROBRAS .....	27
PETROBRAS SERÁ ATRATIVA PARA INVESTIDORES DE LONGO PRAZO, DEFENDE MINISTRO; AÇÕES SOBEM.....	28
O QUE FALTA SABER SOBRE A NOVA POLÍTICA DE PREÇOS DA PETROBRAS .....	30
ESTACIONAMENTO SOLAR EM SOROCABA SE PREPARA PARA RECEBER CARROS VOADORES .....	32
CELGPAR ESTUDA EXPANSÃO DE INFRAESTRUTURA DE MOBILIDADE ELÉTRICA EM GOIÁS .....	34
<b>JORNAL O GLOBO – RJ.....</b>	<b>35</b>
DEVOLUÇÃO ANTECIPADA DE R\$ 45 BILHÕES AO TESOURO E CÂMBIO FEZ LUCRO DO BNDES CAIR 51% NO PRIMEIRO TRIMESTRE .....	35
REVISÃO DE TRATADO DE ITAIPU É UM PROCESSO DE INTEGRAÇÃO, AFIRMA PRESIDENTE ELEITO DO PARAGUAI APÓS REUNIÃO COM LULA.....	35
ANALISTAS VEEM RISCO DE INGERÊNCIA DO GOVERNO NA PETROBRAS, COM NOVA POLÍTICA DE PREÇOS .....	36
COM PROJETO DE ELEVADOR PANORÂMICO, GOVERNO DO MATO GROSSO TENTA REVERTER CONCESSÃO DA CHAPADA DOS GUIMARÃES .....	37
PRESIDENTE DA PETROBRAS NEGA INTERVENÇÃO DO GOVERNO NA EMPRESA COM NOVA POLÍTICA DE PREÇOS .....	39
<b>O ESTADO DE SÃO PAULO - SP.....</b>	<b>40</b>
NOVA POLÍTICA DE PREÇOS VAI GERAR PREJUÍZO PARA A PETROBRAS, DIZ EX-PRESIDENTE DA ESTATAL.....	40
ARCABOUÇO NÃO BLINDA BOLSA FAMÍLIA DE SANÇÕES, MAS GOVERNO PODE BUSCAR REAJUSTE; ENTENDA.....	41
ARCABOUÇO: RELATOR RETIRA PISO DA ENFERMAGEM E CAPITALIZAÇÃO DE ESTATAIS DAS EXCEÇÕES À REGRA.....	43



# INFORMS

## INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 084/2023  
Página 3 de 63  
Data: 16/05/2023  
[www.mercoshipping.com.br](http://www.mercoshipping.com.br)  
[merco@mercoshipping.com.br](mailto:merco@mercoshipping.com.br)

ARCABOUÇO FISCAL: QUAL É A AVALIAÇÃO DOS ESPECIALISTAS SOBRE AS MUDANÇAS FEITAS PELO RELATOR .....	44
HADDAD: 'GOVERNO TEM DESAFIO DE APROVAR ARCABOUÇO COM AMPLA MARGEM DE VOTAÇÃO' .....	48
'TRANSPARÊNCIA NO PREÇO DOS COMBUSTÍVEIS DA PETROBRAS ACABOU', DIZEM ESPECIALISTAS .....	48
GESTÃO PETISTA MUDA POLÍTICA DE TEMER QUE COLOCOU A PETROBRAS DE VOLTA AOS TRILHOS; LEIA ANÁLISE .....	50
MERCADANTE: VENEZUELA PEDE RENEGOCIAÇÃO PARA PAGAR O BRASIL COM PETRÓLEO E ENERGIA ELÉTRICA .....	51
<b>VALOR ECONÔMICO (SP).....</b>	<b>52</b>
À ESPERA DE RESPOSTA SOBRE GALEÃO, MINISTRO ADIA REUNIÃO .....	52
MERCADO CRITICA INDEFINIÇÃO SOBRE POLÍTICA DE PREÇO .....	53
NADA MUDOU EM RELAÇÃO À CONVICÇÃO INICIAL DE INVESTIR NA VALE, DIZ PRESIDENTE DA COSAN.....	54
NOVAS REGRAS PARA RENOVAÇÃO DE FERROVIAS SAEM ATÉ O FIM DO MÊS .....	56
IGUÁ MINIMIZA IMPACTO DE DECRETOS E ESTUDA LEILÕES .....	58
<b>AGÊNCIA BRASIL - DF.....</b>	<b>59</b>
BANCO DO BRASIL TEM LUCRO DE R\$ 8,5 BILHÕES NO PRIMEIRO TRIMESTRE .....	59
PETROBRAS REDUZ EM R\$ 0,44 VALOR DO DIESEL E EM R\$ 0,40 O DA GASOLINA .....	60
<b>PORTAL PORTOS E NAVIOS.....</b>	<b>61</b>
DECISÃO SOBRE RENOVAÇÕES DEFINIRÁ CONTINUIDADE OU MUDANÇAS NO STS-10 .....	61
ORÇAMENTO ADICIONAL AUXILIARÁ ESTUDOS SOBRE CONCESSÕES DE TRECHOS HIDROVIÁRIOS, DIZ NERY .....	62
<b>MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA.....</b>	<b>63</b>
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA <a href="http://MERCOSHIPPING.COM">MERCOSHIPPING.COM</a> E NO <a href="http://LINKEDIN.COM">LINKEDIN.COM</a> .....	63

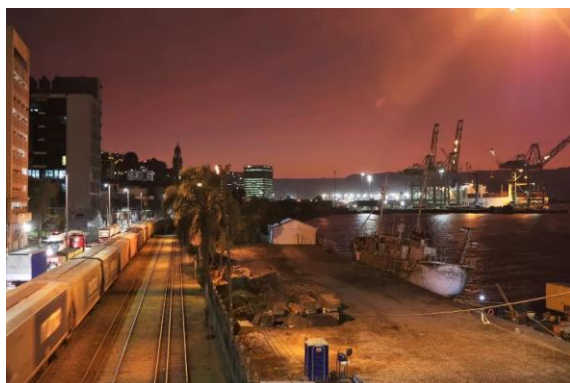


## A TRIBUNA DIGITAL (SP)

### OBRAS DO PARQUE VALONGO DEVEM COMEÇAR NO SEGUNDO SEMESTRE NO PORTO DE SANTOS

Prefeitura de Santos e empresa chinesa assinaram termo para destinação de R\$ 15 milhões

Por: *Bárbara Farias*



**Obras do Parque Valongo na área dos armazéns 4,5 e 6 têm previsão de conclusão até julho de 2024** Foto: *Sílvio Luiz/AT*

As obras do Parque Valongo deverão começar no segundo semestre deste ano. Mais um passo em direção à concretização do equipamento cultural e turístico foi dado nesta segunda-feira (15), com a assinatura do Termo de Responsabilidade de Implantação de Medidas Mitigadoras e/ou Compensatórias (Trimmc) entre a Prefeitura de Santos e a Cofco International Brasil, que arrendou o STS11,

no Porto de Santos. Com a medida, foi garantido o repasse de R\$ 15 milhões ao empreendimento.

Assinaram o documento o prefeito de Santos, Rogério Santos (PSDB), e o vice-presidente da Cofco, Wang Yunchao. O aporte formalizado por meio do Trimmc custeará a revitalização do Armazém 4 e a implantação de uma praça de cultura e lazer na área dos antigos armazéns 5 e 6, que não existem mais. Conforme o termo, as obras serão realizadas pela Cofco.

Em seu discurso, o prefeito de Santos mais uma vez destacou a importância da recuperação da área portuária degradada para a revitalização da região central de Santos e afirmou que os primeiros trabalhos como a limpeza da área e zeladoria começam imediatamente. O prefeito reiterou que o Parque Valongo deve ser entregue até julho de 2024.

O secretário de Desenvolvimento Urbano de Santos, Glaucus Farinello, complementou que as obras do Armazém 4 e da praça pública aberta à beira-mar deverão começar no segundo semestre. À Reportagem, explicou também que é preciso cumprir uma série de protocolos, como as audiências e consultas públicas.

A primeira audiência, por sinal, está marcada para 31 de maio, às 19h, na Associação de Engenheiros e Arquitetos de Santos, como A Tribuna adiantou na edição do último domingo (14).

“Temos até 45 dias para ouvir a sociedade, ajustar o projeto e encaminhá-lo para a Cofco, que vai desenvolver os projetos executivos. Depois, temos que aprovar isso no Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Santos (Condepasa), no Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (Condephaat) e no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), e ir atrás das demais licenças que por ventura forem necessárias”.

#### Recursos

Perguntado sobre os R\$ 20 milhões em recursos federais que havia anunciado no início do mês para o Parque Valongo, o ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França, disse que o aporte está disponível no “caixa da Autoridade Portuária e na hora que a Prefeitura precisar do recurso”. Entretanto, ele não descarta a formalização de novos termos no modelo Trimmc, a fim de obter os recursos necessários às obras complementares, inclusive, na Margem Esquerda do Porto de Santos, do lado de Guarujá.

“Mas, nós vamos gastar muito mais porque a gente quer fazer também o lado de lá (Guarujá) e não precisa ser necessariamente com recurso público. Essa é uma formulação que deu certo. Assim como ocorreu com essa empresa chinesa, outras empresas que têm interesse em permanecer no Porto, renovar seus contratos e ampliar os seus espaços podem oferecer, em troca, algumas obras importantes, porque isso agiliza. Nós próximos meses, vários (Trimmc) serão assinados assim”.

### Histórico

Em 2 de maio, a Autoridade Portuária de Santos (APS) fez a cessão gratuita da área que abrigará o Parque Valongo à Prefeitura de Santos. Trata-se do trecho entre a Rua Riachuelo e a Praça Antonio Telles, que contempla os armazéns 4, 5 e 6.

O projeto também contempla o Armazém 7, de responsabilidade da APS, que será destinado a atividades educacionais e tecnológicas em parceria com universidades.

Na tarde desta segunda-feira, foi assinado um protocolo de intenções para a construção de uma nova passarela de pedestres no Centro de Santos. O documento foi assinado por Márcio França, Rogério Santos e o presidente da Autoridade Portuária de Santos, Anderson Pomini. O local do futuro equipamento não foi revelado.

*Fonte: A Tribuna Digital - SP*

*Data: 16/05/2023*

## NA ROTA DA INOVAÇÃO - UMA EXPEDIÇÃO ISRAELENSE

Ele é engenheiro de computação, sócio-fundador da T2S, professor e pesquisador na Fatec Rubens Lara

*Por: Ricardo Pupo Larguesa*



**Foto: Ilustração: Max**

Como empreendedor e professor universitário, confesso que estou muito ansioso e empolgado por estar embarcando em breve para uma jornada única. No final deste mês, graças à organização do Grupo Tribuna, farei parte de uma importante missão técnica para Israel, país que ostenta com orgulho o título de nação mais inovadora do mundo. Recebi o convite com muito entusiasmo.

Tendo dedicado grande parte da minha carreira à inovação em logística portuária e à formação de inovadores digitais, vejo essa viagem a Israel como uma oportunidade sem precedentes. Espero voltar para o Brasil carregado de experiências inovadoras e replicáveis que possam transformar a cidade de Santos em um importante centro de inovação tecnológica.

Israel é um país pequeno, mas se trata de uma potência quando falamos de inovação. É o lar de milhares de startups, e seus investimentos em pesquisa e desenvolvimento estão entre os mais altos do mundo. Este país do Oriente Médio é líder mundial em setores de alta tecnologia, como TI, biotecnologia, energia limpa e, é claro, tecnologia portuária.

No cerne do meu entusiasmo, está a oportunidade de interagir com empresas e instituições que estão revolucionando a maneira como o mundo entende e se relaciona com a logística portuária. Vou visitar empresas inovadoras e conhecer tecnologias como a LiDAR (abreviação de light detection and ranging) para veículos autônomos, além de soluções de assistência ao motorista baseadas em visão.

Também estou ansioso para conhecer o trabalho de startups emergentes no setor portuário e marítimo. Teremos um encontro com 13 startups, cada uma delas causando um impacto significativo em áreas como segurança, eficiência operacional, automação e sustentabilidade.

Além disso, visitaremos importantes instalações portuárias, onde espero ver em primeira mão como a tecnologia e a inovação são implementadas em operações de larga escala. Isso será de inestimável importância para a compreensão do potencial dessas tecnologias, não apenas em teoria, mas na prática.

A lista de visitas se completa com a Israel Innovation Authority, a agência governamental responsável por fomentar a inovação em Israel. Será uma oportunidade única para entender melhor o ambiente favorável à inovação que Israel criou e que tem sido fundamental para o seu sucesso, bem como entender qual a dinâmica de integração entre governo, academia e setor produtivo que está dando certo por lá.

Será um privilégio participar dessa missão. A minha expectativa é que essa viagem abra um novo horizonte de possibilidades para a cidade de Santos. Israel, com sua rica cultura de aceitação ao fracasso, fundamental no fomento da inovação, e mentalidade de empreendedorismo, tem muito a nos ensinar sobre como criar um ecossistema que favoreça a inovação e a experimentação.

Espero em breve poder compartilhar por aqui essas novas experiências e contamos com você, leitor, para ajudar a transformar a Baixada Santista num celeiro de inovações e progresso.

*Fonte: A Tribuna Digital - SP*

*Data: 16/05/2023*

## MINISTRO DE PORTOS TEM PRESSA NA TRANSFERÊNCIA DO TERMINAL DE PASSAGEIROS PARA O VALONGO, EM SANTOS

"Ainda tem um tempo de contrato (até 2038), mas ele está em um lugar inadequado", afirmou Márcio França

*Por: Bárbara Farias*

**Ideia é transferir o Terminal de Passageiros para a área dos armazéns 1, 2 e 3, no Valongo Foto: Sílvio Luiz/AT**



O ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França, disse ter pressa para a transferência do Terminal Marítimos de Passageiros Giusfredo Santini, atualmente administrado pelo Concais, para as áreas dos antigos armazéns 1, 2 e 3 do Porto de Santos, no Valongo. Hoje, ele opera na região de Outeirinhos.

"Ainda tem um tempo de contrato (até 2038), mas ele está em um lugar inadequado. É uma obra que também dá para fazer dessa maneira (Trimmc), mas é um pouco mais demorada. Precisamos fazer a remodelação do espaço dos armazéns 1 ao 3. Do armazém 1 para cá,

nós vamos fazer depressa porque é a parte dos nossos terminais, dos nossos galpões, até a Casa de Pedra. E da casa de pedra para trás, cabe à Prefeitura, que é o Parque Valongo", disse o ministro de Portos e Aeroportos.

Acompanhado do presidente da Autoridade Portuária de Santos (APS), Anderson Pomini, do deputado federal Paulo Alexandre Barbosa (PSDB) e do deputado estadual Caio França (PSB), Márcio França visitou ontem a área dos antigos armazéns 1, 2 e 3, logo após a assinatura do termo com a Cofco.

A transferência do Terminal de Passageiros do Porto de Santos, segundo o presidente da APS, Anderson Pomini, está com as "negociações avançadas, tendo em vista a necessidade da formatação de permuta. O Concais precisa sair do local onde está e vir para cá".

Ainda segundo Pomini, “o ministro pediu para que nós, na medida do possível, preservássemos a instalação das empresas que estão neste local, como a Ecoporto. A ideia é contemplarmos todos os interesses, com a manutenção das empresas, geração dos empregos e o Parque Valongo pronto”.

A Tribuna tentou contato com o Concais para comentar as declarações do ministro Márcio França, mas não obteve resposta até o fechamento desta edição.

**Fonte:** A Tribuna Digital - SP

**Data:** 16/05/2023

## 'NOSSO OBJETIVO É TRAZER PARA SANTOS O CONCEITO DE PORTO-INDÚSTRIA', DIZ SECRETÁRIO

Bruno Orlandi defende criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) na Área Continental

**Por:** Bárbara Farias



**Bruno Orlandi ressalta espaço para diálogo com a nova direção da Autoridade Portuária Foto: Alexander Ferraz/AT**

Instalar um conglomerado de indústrias em uma Zona de Processamento de Exportação (ZPE) na Área Continental de Santos, formando um polo gerador de empregos no setor portuário. Esse é um dos pilares do trabalho da Secretaria de Assuntos Portuários e Emprego de Santos. Em entrevista para A Tribuna, o secretário responsável pela pasta, Bruno Orlandi, falou sobre os esforços para viabilizar o conceito de Porto-

Indústria na Cidade, além do convênio com a Fundação Cenep para qualificação de mão de obra, necessidade de investimentos em uma terceira via ligando o Planalto à Baixada Santista para facilitar o escoamento de carga e o deslocamento de pessoas e a contribuição do Município ao projeto do túnel submerso Santos-Guarujá.

### **Quais ações a Secretaria de Assuntos Portuários e Emprego de Santos planeja com o objetivo de integrar cada mais o Porto e a Cidade?**

A gente precisa de investimentos em acesso rodoviário e ferroviário. Hoje, o acesso ferroviário está em fase avançada, com a Ferrovia Interna do Porto de Santos (Fips), mas o acesso rodoviário também precisa melhorar. A gente tem conversado muito com os órgãos competentes sobre um novo acesso ligando o Planalto à Baixada Santista, em especial, ao Porto de Santos. Nós sabemos o volume de carga que chega ao Porto e, sem dúvida, esse gargalo logístico é um dos desafios a serem superados para que o Porto possa crescer e continuar batendo seus recordes. Além disso, o nosso objetivo é trazer para Santos o conceito de Porto-Indústria, com uma Zona de Processamento de Exportação (ZPE).

### **Como a pasta tem trabalhado para fomentar o Porto-Indústria?**

Temos trabalhado diuturnamente para transformar isso em realidade, com o objetivo de ter um grande polo gerador de emprego. Nosso foco são indústrias de baixo impacto ambiental e alto valor agregado que poderiam ser colocadas, inclusive, na Área Continental de Santos, com uma ZPE, por meio de concessão de incentivo fiscal. Transformando em realidade, isso geraria inúmeros empregos para a Baixada Santista e faria com que a região crescesse sobremaneira, inclusive no valor agregado dos produtos ofertados.

**Durante o 1º Encontro Porto & Mar 2023, promovido pelo Grupo Tribuna, o senhor enfatizou o pleito de formalizar um convênio junto à Fundação Cenep para oferta de cursos de qualificação profissional na área portuária. Houve alguma resposta do Governo Federal?**



Hoje, no Brasil, uma pessoa opera um portêiner de dentro de uma 'caixa de vidro, de ferro'. Em alguns lugares do mundo, esse operador trabalha numa sala como a nossa, onde ele tem um joystick e um computador. Então, para isso, é preciso treinamento, tecnologia e investimento. Nós tivemos uma reunião na Secretaria de Assuntos Portuários e Emprego com o diretor-presidente da Fundação Centro de Excelência Portuária de Santos (Cenep), Bruno Pelochs Barbino, e o presidente da Fundação Parque Tecnológico de Santos (FPTS), Eduardo Bittencourt. Eu já tinha conversado com o secretário Nacional de Portos e Transportes Aquaviários, Fabrizio Pierdomenico, e com o secretário-executivo do Ministério de Portos e Aeroportos, Roberto Gusmão, no dia do 1º Encontro Porto & Mar, e ambos já tinham falado do objetivo do ministério em avançar nesse tipo de parceria. Já fizemos a primeira reunião para formalizarmos esse convênio, esse protocolo de intenções ou o instrumento jurídico adequado para que a gente possa avançar nesse sentido, qualificando cada vez mais a mão de obra portuária.

***O senhor integra a comissão mista criada pela Autoridade Portuária de Santos (APS) para discutir e aprimorar o projeto do túnel submerso Santos-Guarujá. Há mais diálogo com a atual gestão e com o Ministério de Portos e Aeroportos do que antes?***

O túnel submerso terá impacto direto na vida do cidadão santista e do morador de Guarujá. Então, é importante demais que as prefeituras sejam ouvidas, para saber onde é que vai desembocar esse túnel, qual é o trajeto, se ele tem a previsão de utilizar o Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) ou qual é o tipo de ligação que fará o contato direto com o transporte público em ambos os lados. Quando a gente ouve mais, erra menos. E poder participar desse desafio que é entregar esse túnel para a população da Baixada Santista é uma honra muito grande. Quanto ao diálogo, hoje há uma convergência maior. Antigamente, havia uma disputa grande sobre quem pagaria essa conta. Hoje, o Governo Federal assume essa responsabilidade e o Governo do Estado também se coloca como um grande parceiro.

***Qual é a sua expectativa em relação ao Parque Valongo, agora que foram anunciados investimentos efetivos na revitalização? O que esse futuro espaço turístico vai trazer de benefícios para a Cidade?***

O Parque Valongo é um avanço enorme para a Cidade. Hoje, a gente consegue tirar o projeto do papel por meio de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado entre o Ministério Público Estadual, a Prefeitura e a Autoridade Portuária. O TAC já foi homologado pelo Conselho Superior do Ministério Público, ou seja, está validado. O Parque Valongo consiste na revitalização dos armazéns e também na construção de uma praça que dará acesso à linha d'água. Além disso, nós teremos a revitalização do Centro, que passa por essas melhoras, começando pelos armazéns do Valongo, onde nasceu o Porto de Santos.

***E tem ainda a questão do Terminal de Passageiros...***

Sim, há uma expectativa muito positiva de que o Terminal de Passageiros vá para o Valongo. Se isso acontecer, nós teremos o maior Terminal de Passageiros do Brasil em frente à Secretaria de Turismo, à saída do bonde, ao Museu Pelé. E ao lado, teremos os armazéns revitalizados, uma praça pública e turística com acesso à linha d'água. Então, a nossa perspectiva é fazer a revitalização do Centro dando oportunidade para o turismo, com crescimento do comércio local, desenvolvendo a economia, mas proporcionando qualidade e oportunidade ao cidadão santista para que ele possa participar do Porto de Santos.

***Na quarta-feira (17), ocorrerá uma visita monitorada ao canal do Porto de Santos, uma iniciativa do Cenep e Autoridade Portuária, que tem o apoio da Secretaria de Assuntos Portuários e Emprego. Essa programação já é uma integração da população com o Porto. A sua secretaria deve encampar mais visitas como essa?***

Antigamente, se dizia que a Cidade ficava de costas para o Porto e vice-versa. A gente quer integrar cada vez mais Cidade e Porto. O que existe hoje é um convênio da Secretaria de Assuntos Portuários e Emprego de Santos com a Fundação Cenep. Nela, a gente consegue auxiliar na promoção de eventos como esse. Então, esses visitantes têm contato com o profissional portuário





que vai explicar sobre o Porto de Santos e, depois, há a visita técnica ao canal de navegação. Com isso, ele consegue entender o que são as áreas arrendadas, que empresas que estão ali, se está passando pelo Corredor de Exportação, pelos terminais de grãos líquidos, sólidos, pátio de contêineres, como funciona o terminal, por onde a carga sai, ver o navio entrando com o auxílio do rebocador, como é a atuação da praticagem... Dentro desse contexto, a pessoa consegue ter uma ideia de como o porto funciona. Nós temos essa visita agendada para quarta-feira e o nosso objetivo é continuar com esse trabalho.

*Fonte: A Tribuna Digital - SP*

*Data: 16/05/2023*



## MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

### MASTERBOI VOLTA A EXPORTAR PARA A CHINA E ABRE 200 VAGAS

Em abril, a Masterboi conseguiu habilitação para sua unidade de Nova Olinda, no Tocantins, exportar para Singapura.

*Da Redação ME*



**Unidade da Masterboi em São Geraldo do Araguaia, no Pará/foto: divulgação**

A Masterboi está de volta ao mercado chinês. A Unidade de São Geraldo do Araguaia, no Pará, retomou sua licença de exportação. A empresa foi comunicada nesta terça-feira (16), pelo Ministério da Agricultura e Pecuária. A Masterboi havia conseguido recentemente sua segunda habilitação para exportar para Singapura, reforça sua presença no mercado internacional. A Masterboi exporta para mais de 40 países.

Quando as exportações foram suspensas, a Materboi precisou readequar a planta. Assim, agora serão abertas 200 vagas de emprego. Ainda não há data prevista para o início da primeira remessa para a China, mas a expectativa é de 2.700 toneladas/mês quando a empresa alcançar o pico das exportações. O país é o maior comprador de carne brasileira, consumindo 60% da produção. “Com as contratações, a Masterboi vai superar os mil empregos diretos no Pará”, explica Nelson Bezerra, presidente da empresa.

As exportações da Masterboi foram suspensas em abril de 2022, juntamente com as de outros grandes frigoríficos brasileiros. “Foram 391 dias com as exportações suspensas, mas hoje recebemos a informação emitida pela Aduana chinesa e já vamos ampliar a nossa capacidade de produção”, explica Márcio Rodrigues, diretor de comércio exterior da Masterboi.

### Singapura

Em abril, a empresa conseguiu habilitação para sua unidade de Nova Olinda, no Tocantins, exportar para Singapura. Foi a segunda unidade da empresa habilitada a exportar para esta Cidade Estado insular, localizada ao sul da Malásia. Em 2022, a empresa habilitou o frigorífico de São Geraldo do Araguaia, situado no Pará.

O mercado de Singapura é muito disputado do ponto de vista comercial. Essa colônia britânica vive basicamente de serviços e não produz quase nada do que come, por isso, é muito disputada por fornecedores de alimentos globais. A população de 5,5 milhões de habitantes tem alto poder aquisitivo, e além dos nativos é formada por chineses, indianos e malaio.

### Masterboi na Apas Show

Em meio a boas notícias, a Masterboi marca presença na APAS Show, em São Paulo, com todo time comercial recebendo clientes, parceiros e fazendo prospecções e networking. No estande da empresa, os visitantes podem degustar cortes de alcatra (baby beef), picanha e filé de costela.

*Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda*

*Data: 16/05/2023*

## CONSIDERAÇÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO DA CONSTRUÇÃO NAVAL E OFFSHORE BRASILEIRA

*Informações: Sinaval*



Estamos publicando hoje um estudo preparado pelo SINAVAL com um resumo histórico da Indústria Naval e Offshore brasileira, sua situação atual e as perspectivas futuras, considerando as propostas de medidas governamentais necessárias à recuperação das empresas do setor e à retomada da trajetória anterior a 2015, ano a partir do qual o crescimento notável dessa indústria foi interrompido.

Como é de conhecimento geral, a redução do nível de atividade dos estaleiros brasileiros acarretou sérios prejuízos às empresas do segmento e a milhares de trabalhadores, inclusive nas indústrias fornecedoras de

materiais e equipamentos nacionais.

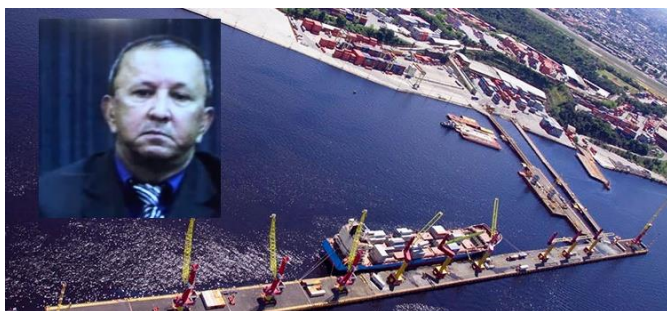
O estudo representa, na visão do SINAVAL, uma oportunidade para reflexão sobre o passado recente e a desejada recuperação do setor no futuro, com os benefícios econômicos e sociais esperados para o País e seu povo.

*Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda*

*Data: 16/05/2023*

## URGENTE: MORRE EM SÃO PAULO EMPRESÁRIO PASSARÃO, DONO DO PORTO CHIBATÃO

*Por Redação 1 em 16 de maio de 2023 às 9:17*



Brasil – O empresário José Ferreira de Oliveira, mais conhecido como Passarão, morreu nesta terça-feira (16) no Hospital Sírio Libanês, em São Paulo. Ele era dono do maior porto de Manaus, o Porto Chibatão.

De acordo com o jornalista Ronaldo Tiradentes, Passarão faleceu em decorrência de um câncer no intestino. Ele estava internado há uma

semana e passou seus últimos minutos de vida ao lado dos filhos.

O empresário é bastante conhecido na cidade de Manaus e se tornou uma referência de homem de sucesso, pois veio de família humilde e conquistou um patrimônio bilionário, sendo considerado uma das maiores fortunas do Amazonas.

O corpo do empresário será transladado para a capital amazonense, segundo o jornalista.

*Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda*

*Data: 16/05/2023*

### GOVERNO ESTUDA DECRETO PARA AMPLIAR USO DE ZPES POR EMPRESAS DE FORA DO REGIME

Ao JOTA a secretária-executiva substituta do conselho das ZPEs, Ana Carolina Meneghetti Peres, afirmou que a proposta melhoraria a logística do país

Por **FABIO GRANER**



*Crédito: Washington Costa/Ministério da Economia*

O governo está discutindo a possibilidade de editar um decreto para atualizar o marco regulatório das ZPE (Zonas de Processamento de Exportação). A ideia, conduzida pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), é permitir que as administradoras da ZPE possam usar essas áreas para atender empresas que não estão dentro desse regime tributário privilegiado para exportadores.

“A gente está tentando aprovar um novo decreto que amplia as atividades que a administradora possa fazer. Por exemplo, alguém que precisa trazer mercadoria e deixar armazenada poderia usar a facilidade da administradora da ZPE, mesmo não estando no regime. Isso melhora a logística do país inteiro”, afirmou ao JOTA a secretária-executiva substituta do conselho das ZPEs, Ana Carolina Meneghetti Peres.

A secretária-executiva adjunta do MDIC, Aline Damasceno, explicou que o tema está sendo negociado com o Ministério da Fazenda, em especial a Receita Federal, responsável pela fiscalização das ZPEs, que trabalham com um regime de suspensão tributária para as empresas exportadoras.

As ZPEs são uma espécie de shopping na qual empresas beneficiárias do regime tributário usam a infraestrutura, segundo as regras alfandegárias, como uma espécie de porto. “É um mini-porto fora do porto. Outras empresas da região podem se beneficiar disso, o que colabora para a concorrência no setor”, afirmou Meneghetti.

Uma mudança feita pela Receita permitiu nos últimos anos que as empresas beneficiárias do regime das ZPEs possam usar serviços de outros portos, descentralizando os serviços de comércio exterior. Isso tirou receita das administradoras das ZPEs. Agora, a ideia é permitir que elas possam prestar serviços para quem não está no regime, aproveitando a infraestrutura existente nessas áreas.

No mês passado, o governo editou um decreto reestruturando o Conselho Nacional ZPEs, de forma a adequar a instância que decide se uma ZPE será ou não aberta à nova realidade da estrutura do governo na gestão do PT. A medida incluiu novos atores no colegiado presidido pelo vice-presidente e ministro, Geraldo Alckmin. Também fazem parte do órgão as pastas da Casa Civil, Fazenda, Integração e do Desenvolvimento Regional, Meio Ambiente e Mudança do Clima, Planejamento, Portos e Aeroportos e dos Transportes.

*Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda*

*Data: 16/05/2023*

Moradores do estado de Goiás já podem realizar a transação comercial de automóveis sem necessidade de reconhecer firma ou assinar contrato em papel, com a assinatura digital do gov.br e biometria facial, com outras 19 unidades da Federação por meio do aplicativo Carteira Digital de Trânsito (CDT).

Lançada em março de 2022 pelo Governo Federal, por meio do Ministério dos Transportes, a funcionalidade dispensa a necessidade de reconhecer firma ou realizar contrato em papel. Desde que entrou em operação, foram realizadas mais de 148 mil vendas digitais de carros, motos, vans, caminhões e outros veículos pelo país.

A funcionalidade da CDT permite a assinatura digital da Autorização para Transferência de Propriedade de Veículos (ATPV-e) pelo vendedor e comprador, a partir da comunicação automática da venda por meio do aplicativo CDT (App Store e Google Play), após a autorização do Detran de registro do veículo.

“Nosso objetivo é ampliar esforços para que todas as 27 unidades da Federação simplifiquem e reduzam a burocracia dos processos de venda de veículos, oferecendo um sistema simples e seguro de transação comercial a todos os motoristas”, disse o secretário nacional de Trânsito, Adrualdo Catão. A tecnologia é uma iniciativa do Ministério dos Transportes, por meio da Secretaria Nacional de Trânsito (Senatran), desenvolvida pelo Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro).

### Segurança

A transação tem alto nível de segurança, exigindo a autenticação de quem tem conta prata ou ouro na plataforma do Governo Federal e a biometria facial para a assinatura digital. Para consolidar a venda, o novo proprietário precisa apenas ir ao departamento de trânsito local para fazer a vistoria e realizar a transferência do veículo.

Além de Goiás, já aderiram à venda digital São Paulo, Bahia, Santa Catarina, Tocantins, Alagoas, Acre, Ceará, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pará, Pernambuco, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, Rio Grande do Sul e Sergipe. A tecnologia está disponível para veículos com documentação emitida a partir de 4 de janeiro de 2021, quando o antigo Documento Único de Transferência (DUT) foi substituído pelo ATPV-e.

**Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Infraestrutura - DF**  
**Data: 16/05/2023**

## MANUTENÇÃO DA BR-174/RR AUMENTARÁ INTEGRAÇÃO DE RORAIMA COM O BRASIL E A AMÉRICA DO SUL

Ordens de serviço para obras na rodovia foram assinadas pelo ministro Renan Filho nesta terça-feira (16). Rota também é corredor energético entre Manaus (AM) e Boa Vista (RR)



**Assinatura garante retomada das obras de manutenção da rodovia em Roraima - Foto: Vosmar Rosa/MT**

Espinha dorsal na infraestrutura de Roraima, a BR-174/RR terá 252 quilômetros de extensão recuperados e cerca de R\$ 100 milhões investidos em serviços de manutenção. A retomada das melhorias foi autorizada nesta terça-feira (16), com a assinatura de três ordens de serviço pelo ministro dos Transportes, Renan Filho.

Conhecida como Manaus-Boa Vista, a BR-174 tem um total de 715 quilômetros de extensão e é considerada fundamental para a integração nacional e sul-americana, fazendo fronteira com a Venezuela. A rodovia é estratégica para a logística da região, uma vez que recebe o tráfego das rodovias lindeiras como as BR- 210/RR, BR-431/RR, BR-432/RR e BR-433/RR.

O segmento da BR-174 que será recuperado também é considerado imprescindível para o desenvolvimento regional por ser o corredor de suprimento de óleo diesel vindo de Manaus (AM) para alimentar termelétrica de Boa Vista (RR), garantindo a segurança energética do estado. O fluxo diário estimado é de 80 carretas para este fim.

“Nós assumimos o governo com a rodovia em estado muito ruim. Vamos intensificar nossos esforços para recuperá-la”, afirmou o ministro dos Transportes, ressaltando que a BR-174/RR é um importante corredor para suprir o estado de óleo diesel.

### Trabalhos

Com a medida, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) devolverá à rodovia as condições adequadas de trafegabilidade e de segurança viária. O prazo de execução dos contratos é de 24 meses e os lotes estão divididos da seguinte forma:

- Lote 1.4: Igarapé Caleffi - Caracarái - 85,4 quilômetros de extensão; R\$ 28,9 milhões em investimentos.
- Lote 1.2: Igarapé Seabra - Igarapé Arruda - 79,6 quilômetros de extensão; R\$ 36,7 milhões em investimentos.
- Lote 2.2: Entroncamento RR-400 Pedra Pintada - Pacaraima (Venezuela) - 86,9 quilômetros de extensão; R\$ 34 milhões em investimentos.

### Orçamento

“Esse ano teremos R\$ 312 milhões alocados no orçamento para Roraima. Esse valor ainda pode aumentar dependendo do desempenho da economia. Isso representa mais de duas vezes o que foi aplicado no ano passado pela gestão anterior”, disse Renan Filho. Estão previstos para Roraima R\$ 232,7 milhões para manutenção e outros R\$ 80 milhões para construção e adequação de trechos, incluindo orçamento e restos a pagar.

Participaram da solenidade de assinatura a secretária nacional de Transporte Rodoviário do Ministério dos Transportes, Viviane Esse, e o diretor-geral substituto do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), Fabrício Galvão. O evento também contou com a presença, via videoconferência, do governador de Roraima, Antônio Denarium, do ministro do Tribunal de Contas da União Jhonatan de Jesus, e de um grupo de parlamentares representantes do estado.

*Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Infraestrutura - DF*

*Data: 16/05/2023*

## DUPLICAÇÃO DE PISTA E NOVO ACESSO NA BR-116/RS BENEFICIAM POPULAÇÃO DE CAMAQUÃ

Melhorias vão diminuir o tempo de deslocamento de cerca de 3,8 mil caminhões e 2,2 mil veículos que trafegam pelo trecho recuperado



**Obras vão diminuir o tempo de deslocamento no perímetro urbano de Camaquã - Foto: Divulgação/DNIT**

Os mais de 66 mil habitantes de Camaquã, no centro-sul do Rio Grande do Sul, terão maior segurança e fluidez no trânsito com o novo acesso no quilômetro 402,9 da BR-116/RS. A entrega feita pelo Governo Federal, por meio do Ministério dos Transportes, também inclui mais 2,5 quilômetros de pistas duplicadas, entre os municípios de Guaíba e

Pelotas.



É estimado que cerca de 3,8 mil caminhões e 2,2 mil veículos de passeio transitem por este trecho da BR-116/RS. Além de facilitar o acesso às cidades de Chuvisca, Dom Feliciano e Encruzilhada do Sul, as obras serão fundamentais para diminuir o tempo de deslocamento no perímetro urbano de Camaquã.

Os serviços executados pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) incluem drenagem, aterro, pavimentação e sinalização, e também beneficiam o escoamento da produção de uva, fumo e grãos da região.

*Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Infraestrutura - DF*

*Data: 16/05/2023*



### BE NEWS – BRASIL EXPORT

#### EDITORIAL – REGRAS CLARAS PARA UM MODELO EFICIENTE

DA REDAÇÃO [redacao@portalbenews.com.br](mailto:redacao@portalbenews.com.br)

A discussão em torno da implementação da gestão condominial nos complexos portuários brasileiros, com foco no Porto de Santos (SP), traz à tona questões cruciais sobre a eficiência e a modernização da administração nesse setor. Embora seja um modelo interessante e promissor, é imprescindível que sejam estudadas e estabelecidas regras claras para a sua aplicação, especialmente quando se trata do mais importante porto do Brasil.

A gestão condominial, baseada em parcerias entre o setor público e o privado, pode trazer diversos benefícios para a administração portuária, como a agilidade na tomada de decisões, a otimização dos recursos e a melhoria na prestação de serviços. No entanto, sua implantação deve ser cuidadosamente planejada e embasada em uma legislação adequada, que garanta a segurança jurídica e o respeito aos princípios legais que regem o setor.

O debate em torno da legislação atualmente existente revela a necessidade de buscar mecanismos que permitam a implementação ágil da gestão condominial, sem que seja preciso esperar pela criação de uma nova base legal, que demandaria tempo e discussões aprofundadas no Congresso. Nesse sentido, é encorajador constatar que, na Lei dos Portos, já existem dispositivos que podem ser explorados, como o Parágrafo 4 do Artigo 54, que prevê o Regime Diferenciado de Contratações Públicas.

Um exemplo inspirador é o modelo associativo aprovado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) para a administração da Ferrovia Interna do Porto de Santos (Fips), gerida a partir de uma parceria entre os operadores ferroviários que atuam no complexo santista. Experiências práticas como essa demonstram que é possível implementar novos modelos de gestão, dentro dos limites da legislação vigente, e obter resultados positivos para o setor.

No entanto, é preciso ir além. A burocracia ainda é uma barreira a ser superada, quando se trata da contratação de serviços entre entes públicos e privados. O modelo atual de gestão portuária não acompanha o dinamismo e a velocidade necessários para atender às demandas do setor. Portanto, é fundamental repensar a forma como são estabelecidos os contratos e as parcerias, de modo a promover uma maior eficiência e agilidade nos processos.

O Porto de Santos, como principal porto do Brasil, desempenha um papel fundamental na economia do País. Sua administração deve ser pautada pela excelência e pela busca contínua por melhores práticas. A gestão condominial surge como uma alternativa promissora, capaz de impulsionar o desenvolvimento do porto e aumentar sua competitividade no cenário global.

No entanto, a implementação desse modelo requer um amplo diálogo entre os arrendatários, operadores e a Autoridade Portuária de Santos. É necessário estabelecer consensos e encontrar



soluções que conciliem a agilidade exigida pelo mercado, o respeito aos princípios legais e a manutenção da livre concorrência, que é essencial para o bom funcionamento do setor.

*Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT*

*Data: 16/05/2023*

### **NACIONAL - HUB – CURTAS**

Por **LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES** [leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br](mailto:leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br)

#### **FUTURO OFFSHORE**

A expansão da infraestrutura do Porto de Santos (SP) não deve ocorrer para o interior do canal de navegação, mas em direção ao mar, com a construção de terminais offshore. E um desses projetos prevê a implantação de uma instalação desse tipo na costa de Praia Grande (SP). A proposta foi destacada pelo ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França, na noite de ontem, em entrevista ao chegar na abertura do Santos Export, maior fórum de debates sobre o desenvolvimento do complexo santista, realizado em Santos. França não citou quando o Porto passará a precisar desse tipo de terminal, mas disse que “este é o caminho a ser perseguido. Adentrar o estuário é voltar ao passado”.

#### **REFORÇO ORÇAMENTÁRIO 1**

O Ministério de Portos e Aeroportos anunciará hoje, dia 16, um reforço orçamentário para a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), o órgão regulador do setor. A cerimônia ocorrerá às 11 horas, na sede da pasta, com a presença do ministro Márcio França e do diretor geral da Antaq, Eduardo Nery. No evento, deverá ser divulgado o plano de ação para a aplicação dos recursos.

#### **REFORÇO ORÇAMENTÁRIO 2**

O aumento no orçamento da Antaq será de 17%, segundo o Ministério. As verbas extras serão utilizadas para o aperfeiçoamento da regulação do setor e em projetos para incentivar a ampliação das hidrovias brasileiras.

#### **DE VOLTA 1**

Diretor de Desenvolvimento de Negócios e Regulação da Autoridade Portuária de Santos (APS) nos últimos dois anos, Bruno Stupello está de volta ao setor portuário. Ele se desligou da APS em 10 de novembro do ano passado e, por ter atuado como gestor no poder público, cumpriu uma quarentena de seis meses. Ao término desse prazo, no último dia 12, ele assumiu seu novo cargo, diretor de Desenvolvimento de Projetos da operadora Santos Brasil. Seu primeiro compromisso público na função foi exatamente a abertura do Santos Export, realizada na noite de ontem, em Santos.

#### **DE VOLTA 2**

Em sua passagem pela APS, Stupello atuou em projetos estratégicos do Porto de Santos, como o desenvolvimento do novo Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ) e a elaboração de uma nova modelagem para os contratos de arrendamento da empresa, o que garantiu um aumento de receita sensível para a Autoridade Portuária.

*Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT*

*Data: 16/05/2023*

### **NACIONAL - REUNIÃO ENTRE MINISTÉRIO DE AEROPORTOS E CONCESSIONÁRIA DO GALEÃO É ADIADA**

Governo pede que a empresa Changi decida se vai continuar ou não administrando o aeroporto internacional no Rio de Janeiro

Por **MARÍLIA SENA** [marilia@portalbenews.com.br](mailto:marilia@portalbenews.com.br)

A reunião entre o Ministério de Portos e Aeroportos e a empresa concessionária do Aeroporto Internacional do Galeão, no Rio de Janeiro, foi adiada. A princípio, o encontro entre o Governo e a empresa estava marcado para hoje (16).

O Ministério de Portos e Aeroportos informou que a Changi solicitou o prazo para a decisão até o dia 31 deste mês.



**O Galeão chegou a embarcar 17 milhões de passageiros em 2014, mas em 2022 terminou o ano com 5,9 milhões de usuários Crédito: Divulgação**

A expectativa para a reunião é sobre a decisão sobre a concessionária do Galeão. O Governo Federal pede que a Changi decida se vai continuar ou não administrando o local.

A Changi pede que a União conceda o desconto da outorga do período da pandemia de Covid-19, mas o ministro Márcio França já negou a possibilidade.

Fontes próximas ao ministro afirmam que em reunião no Palácio do Alvorada, junto ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, os integrantes do Governo consideram pedir a análise do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre a situação da Changi.

Caso o Ministério de Portos e Aeroportos e a União não entrem em consenso sobre a concessão do aeroporto, a administração do Galeão ficará por conta da Infraero até uma nova abertura de oferta.

O deputado Júlio Lopes (PP-RJ) acompanha a demanda de infraestrutura do Rio de Janeiro. Na opinião dele, a Changi está “dilatando muito o prazo” para dar uma resposta. Ele aponta que a melhor opção é a devolução da concessão.

“A posição melhor seria eles abrirem mão da posição de controle e passar a ser parte da controlada”, disse. “Acho que eles não estão na condição de cabeça da concessão, mais interessante a Infraero administrar”, completou.

O Governo Federal e o Governo do Rio de Janeiro buscam uma maneira de atrair usuários para o aeroporto. O Galeão chegou a embarcar 17 milhões de passageiros em 2014, mas em 2022 terminou o ano com 5,9 milhões de usuários.

### **Anac aumenta tarifas**

A Agência Nacional de Aviação (Anac) publicou ontem (15), no Diário Oficial da União, um reajuste das tarifas do aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro, e de Confins, em Minas Gerais. As mudanças são para as tarifas de embarque doméstico e internacional e já estão em vigor.

O reajuste no Galeão está entre 5,0248% e 4,1848%. Para Confins, em 4,7860% e de 4,1848%. Os preços variam dependendo dos tipos de taxa, que incluem embarque, conexão, pouso, permanência, armazenagem e capatazia.

Com a mudança, por exemplo, a tarifa de embarque doméstico no Galeão passará para R\$ 41,80 e de embarque internacional, para R\$ 54,47. Em Confins, os valores são de R\$ 30,40 e R\$ 53,84, respectivamente.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 16/05/2023**

## **NACIONAL - SENADO ANALISA MP PARA BENEFICIAR SETOR AÉREO**

Medida que isenta o pagamento da contribuição do Pis/Pasep e do Cofins já foi aprovada na Câmara  
Por **MARÍLIA SENA** [marilia@portalbenews.com.br](mailto:marilia@portalbenews.com.br)



Senadores podem votar nesta semana a Medida Provisória que isenta o pagamento da contribuição do Pis/Pasep e do Cofins pelo setor aéreo. A Medida Provisória 1147/2022 já foi aprovada na Câmara dos Deputados e aguarda a análise do Senado, marcada para amanhã (17).

A senadora Daniela Ribeiro (PSD-PB) é a favorita para ser a relatora do texto, mas o presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), ainda não designou formalmente a responsabilidade sobre a matéria.

Interessados no setor aéreo se reuniram nas últimas semanas para apresentar demandas para a senadora Daniela Ribeiro. Entre eles, o deputado Felipe Carreras (PSB-PB), presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Aviação Civil no Congresso.

A expectativa é de estender o benefício aos táxis aéreos. O senador Ângelo Coronel (PSD-BA) apresentou uma emenda sugerindo a medida. "A Exposição de Motivos da medida argumenta que o segmento foi duramente atingido pelas regras de combate à pandemia de Covid-19, razão da necessidade do auxílio", justificou o senador.

Nesta semana também está prevista a análise do nome de Erick Moura de Medeiros para exercer o cargo de diretor de Infraestrutura Aquaviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit). A indicação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva primeiro será votada pelos membros da Comissão de Infraestrutura e depois pelo plenário do Senado.

*Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT*

*Data: 16/05/2023*

## REGIÃO SUDESTE - PREFEITURA DE SANTOS E EMPRESA CHINESA ASSINAM TERMO QUE IRÁ CUSTEAR O PARQUE VALONGO

Acordo firmado entre a Administração Municipal e a Cofco International Brasil prevê um investimento de R\$ 15 milhões

*BE NEWS - Da redação [redacao@portalbenews.com.br](mailto:redacao@portalbenews.com.br)*



**A solenidade de assinatura do termo de responsabilidade foi realizada ontem, no local que abrigará as instalações do Parque Valongo, no Centro Histórico de Santos Crédito: Reprodução/Prefeitura de Santos**

**NO INÍCIO DESTES MÊS, FOI ASSINADO UM ACORDO EM QUE A APS FAZIA A CESSÃO GRATUITA DA ÁREA QUE ABRIGARÁ O PARQUE VALONGO À PREFEITURA**

Foi dado ontem (15) mais um passo na implantação do Parque Valongo, no Centro Histórico de Santos (SP). A Prefeitura de Santos e a Cofco International Brasil assinaram um o Termo de Responsabilidade de Implantação de Medidas Mitigadoras e/ou Compensatórias (Trimmc). O acordo, no valor de R\$ 15 milhões, vai custear a revitalização do armazém 4 e a implantação da área de cultural e de lazer nos armazéns 5 e 6.

Conforme o termo, as obras serão realizadas pela Cofco, empresa chinesa arrendatária de uma área portuária, no bairro Paquetá, que abrigará o terminal de grãos STS 11.

A solenidade de assinatura do acordo foi realizada nas futuras instalações do Parque Valongo, reunindo o prefeito de Santos, Rogério Santos, e o vice-presidente da Cofco International Brasil, Yunchao Wang. Também estiveram presentes outras autoridades, como o ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França, o presidente da Autoridade Portuária de Santos, Anderson Pomini, e parlamentares das esferas federal, estadual e municipal.

De acordo com o projeto, o armazém 4 será integrado ao Parque Valongo, tornando-se um espaço para atividades culturais. Já o espaço entre os antigos armazéns 5 e 6, que não existem mais, será utilizado para a construção da área aberta do projeto. A previsão é de que esta fase do parque seja entregue até julho de 2024.

No início deste mês, foi assinado um acordo em que a APS fazia a cessão gratuita da área que abrigará o Parque Valongo à Prefeitura. O trecho fica entre a Rua Riachuelo e a Praça Antonio Telles, que contempla os armazéns 4, 5 e 6. O projeto também contempla o armazém 7, de responsabilidade da APS, que deve ser destinado a atividades educacionais e tecnológicas em parceria com universidades.

A Prefeitura de Santos informou que fará consultas e audiências públicas para que a população e a sociedade civil participem do projeto. A primeira audiência pública está prevista para o próximo dia 31, a partir das 19 horas, na Associação de Engenheiros e Arquitetos de Santos.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 16/05/2023**

## SANTOS EXPORT - MÁRCIO FRANÇA DEFENDE PARCERIA COM O GOVERNO DE SP PARA TÚNEL SANTOS-GUARUJÁ

Ministro de Portos e Aeroportos sugeriu atuação conjunta durante discurso na solenidade de abertura do Santos Export

Por **VANESSA PIMENTEL** [vanessa@portalbenews.com.br](mailto:vanessa@portalbenews.com.br)



**Para o ministro Márcio França, encontros como o Santos Export promovem ações importantes para os segmentos envolvidos**  
**Crédito: Gabriel Imakawa/Brasil Export**

**SEGUNDO MÁRCIO FRANÇA, O PRESIDENTE LULA PEDIU QUE A GESTÃO DO MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS SEJA FEITA DE FORMA MAIS CÉLERE, VISANDO ATENDER ÀS DEMANDAS DO SETOR**

O ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França, disse que convidou o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, para fazer, em conjunto, a obra do túnel imerso que ligará Santos e Guarujá (SP), além de outras obras públicas para a região.

“Este é o papel da atividade pública, essa unificação que trabalha para a sociedade, até porque somos remunerados pelos impostos pagos pelos cidadãos”, declarou o ministro ao discursar na solenidade de abertura do Santos Export – Fórum Regional de Logística, Infraestrutura e Transportes. O evento, que acontece no Blue Med Convention Center, em Santos, teve início ontem (15) e termina hoje (16).

Márcio França também disse que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva pediu que a gestão do Ministério de Portos seja feita de forma mais célere, visando atender às demandas do setor.

“A ordem é agir mais depressa. Nós criamos regras no passado e elas são importantes para regular o setor público, mas acabamos criando também muitos nós, por isso hoje a tarefa do ministério é desatar nós”, declarou.

França ainda elogiou a iniciativa dos fóruns nacionais e internacionais promovidos pelo Grupo Brasil Export, ressaltando que encontros como esse promovem ações importantes para os segmentos envolvidos, além do compartilhamento de informações sobre o que está acontecendo no setor, de forma mundial.

“Foi de um encontro do Santos Export, há anos atrás, que saiu a ideia de um grupo para cuidar de questões específicas de portos. Na época o presidente Lula exercia o seu segundo mandato e eu sugeri a ele. Depois de algum tempo, ele anunciou a criação do Ministério de Portos”, contou o ministro.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 16/05/2023

## O ESCRITÓRIO DE ADVOGACIA ESTEVES SÁ AGORA É SAMMARCO ADVOGADOS

Juntos, agora, formam um time com 100 anos de experiências acumuladas.

E, além do Direito Marítimo, Portuário e Regulatório, terão como foco a esfera Trabalhista, com o *know-how* de uma equipe com mais de 40 profissionais, duas bases em Santos e uma filial em Brasília.

Fundado em 1969, o escritório Sammarco Advogados é reconhecido e premiado internacionalmente pela sua tradição e excelência nas áreas do Direito relacionadas aos transportes marítimo, aéreo, rodoviário e ferroviário, além de Direito Portuário, Direito Aduaneiro, Contencioso Estratégico, Regulatório, Mediação e Arbitragem.

Questões de natureza ambiental, revisões de contratos, indenizações, acidentes de navegação, inquéritos,

recuperações de créditos de serviços logísticos, e suporte jurídico na compra e venda de ativos de infraestrutura e licitações, estão entre as especialidades da equipe. O escritório atua junto aos Poderes Executivo e Legislativo na regulação setorial e em processos legislativos, na elaboração de estratégias e posicionamentos.

Já o escritório Esteves Sá Advocacia foi fundado em 1977 e passou por uma expansão há cerca de dez anos. Atua na área consultiva e contenciosa Trabalhista e conta com mais de vinte profissionais especializados, que prestam serviços para os setores portuário, ferroviário, logístico e hospitalar.

Due diligence, defesas em autos de

infração, assessoria em Planos de Participação nos Lucros e Resultados (PLR), negociações sindicais e interpretação das normas de medicina e segurança do trabalho estão no foco do escritório, assim como elaboração de pareceres e memorandos técnicos.

Ética, transparência, comprometimento e respeito aos clientes sempre foram os pilares da Sammarco Advogados. E agora, com a marca Esteves Sá, tradição e inovação se unem para garantir soluções em diversas áreas do Direito.



Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 16/05/2023

## SANTOS EXPORT - SANTOS EXPORT É REFERÊNCIA MUNDIAL, DIZ CEO DO BRASIL EXPORT



Fabrício Julião celebrou a 21ª edição do principal fórum regional de Logística, Infraestrutura e Transportes

Por CÁSSIO LYRA [redacao@portalbenews.com.br](mailto:redacao@portalbenews.com.br)

O CEO do Brasil Export, Fabrício Julião, comentou sobre desafios que são impostos para alavancar ainda mais o crescimento do Porto de Santos Crédito: Gabriel Imakawa/Santos Export

**SEGUNDO FABRÍCIO JULIÃO, O BRASIL EXPORT CONSEGUIU FORMAR UMA COMUNIDADE DE HOMENS E MULHERES DE DIFERENTES CARGOS QUE DÁ UM EXEMPLO QUE ULTRAPASSA FRONTEIRAS DO PROJETO**

Na solenidade de abertura do Santos Export 2023, principal fórum de Logística, Infraestrutura e Transportes voltado para o maior complexo portuário da América Latina, o CEO do Grupo Brasil Export, Fabrício Julião, celebrou a 21ª edição do fórum. Para ele, o Santos Export é uma referência mundial.

Julião fez menção à primeira edição do Santos Export, que ocorreu no ano de 2003 e destacou a comunidade portuária que se criou dentro do Grupo Brasil Export.

“Há 20 anos, tínhamos beira de cais, armazéns, trabalhadores e carga, mas não tínhamos o espírito da união daqueles que planejam e decidem de onde partir e onde chegar com a carga que alimenta o mundo. Um corpo de homens e mulheres de diferentes cargos públicos ou privados, unidos no interesse comum. E assim formamos uma comunidade que dá um exemplo que ultrapassa fronteiras. O Santos Export hoje é referência mundial de um projeto coletivo. Somos mais de 400 executivos, políticos e demais autoridades reunidas para discutir o melhor para o nosso porto e nosso país”, reforçou Julião.

O CEO do Brasil Export comentou sobre desafios que são impostos para alavancar ainda mais o crescimento do Porto de Santos.

“O porto não pode parar. Esse é o nosso maior temor e nosso maior clamor. O agronegócio produz cada vez mais, os terminais investem fortunas, autoridades portuárias se modernizam e os navios são cada vez maiores e melhores. A carga precisa chegar e por isso precisamos de mais estradas, ferrovias mais produtivas, e aeroportos mais próximos serão um caminho para superarmos nosso desafio. O Brasil vive um novo momento, de novas ideias e disposições”, finalizou.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 16/05/2023

## SANTOS EXPORT - LANÇAMENTO DO INFRABRASIL MARCA SOLENIDADE DE ABERTURA DO FÓRUM

Instituto atuará como um órgão técnico, que auxiliará nas atividades da Frente Parlamentar de Portos e Aeroportos do Congresso

Por **CÁSSIO LYRA** [redacao@portalbenews.com.br](mailto:redacao@portalbenews.com.br)



*O primeiro dia de atividades do Santos Export começou pela manhã, com uma visita técnica a terminais do Porto de Santos. O grupo de executivos pôde conhecer as instalações da Eldorado Brasil Celulose e da BTP (Brasil Terminal Portuário).*

O lançamento do Instituto InfraBrasil foi um dos grandes destaques da solenidade de abertura do Santos Export, realizada ontem (15), no Blue Med Convention Center, em Santos (SP).

O InfraBrasil terá como sócios empresas do setor e autoridades e atuará como um órgão técnico, que auxiliará nas atividades da Frente Parlamentar de Portos e Aeroportos do Congresso Nacional.

No encerramento da solenidade, o Grupo Brasil Export, organizador do Santos Export, homenageou entidades e empresas parceiras do fórum regional e que prestam serviços e contribuem para o desenvolvimento do Porto de Santos.

O primeiro homenageado foi o T-Grão, Terminal de Granéis de Santos, pelos seus 25 anos. A empresa foi representada pelos executivos Vinicius Pina e Antonio Braz Filho. Depois disso, Fabio Melo Fontes, presidente da Praticagem de São Paulo, recebeu uma placa em homenagem aos 90 anos da entidade.

O Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo (Sopesp), que completa no mês de dezembro 30 anos, também foi homenageado através de seu presidente, Regis Prunzel.

Por fim, representando a Brasil Terminal Portuário (BTP), Patrício Júnior, presidente do Conselho de Administração, e Ricardo Arten, CEO da BTP, foram homenageados pelos dez anos da empresa atuando no porto.

As placas foram entregues pelo ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França, e pelo prefeito de Santos, Rogério Santos.

### Projetos sociais

O Grupo Brasil Export também firmou um protocolo de intenções com o Camps Santos e o Instituto Amigo para desenvolver projetos sociais na cidade.

O protocolo de intenções faz parte de um programa para desenvolvimento de ações regionais. O Grupo Brasil Export está comprometido com a agenda ESG, bem como a agenda de ações voltadas para o desenvolvimento sustentável.

Na solenidade de assinatura de contrato estiveram presentes o CEO do Brasil Export Fabrício Julião, o prefeito Rogério Santos, o presidente do Instituto Amigo, Marcos Antonio Riveiros, e o presidente do Camps Santos, Elber Alves Justo.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 16/05/2023**

## SANTOS EXPORT - MODELO E PRAZO PARA IMPLANTAÇÃO DA GESTÃO CONDOMINIAL SÃO GRANDES DESAFIOS DO SETOR

Autoridades falaram sobre possibilidades de nova administração para o Porto de Santos

Por VANESSA PIMENTEL [vanessa@portalbenews.com.br](mailto:vanessa@portalbenews.com.br)



**Os participantes do primeiro painel do Infrajur debateram o tema “Desafios legais para gestão condominial nos portos”**  
**Crédito: Gabriel Imakawa/Brasil Export**

Estabelecer um modelo de gestão condominial que se adequa à realidade de todos os players que atuam no Porto de Santos (SP), e dentro de um prazo aceitável, são os maiores desafios da discussão do ponto de vista legal que envolvem o tema.

A opinião foi compartilhada pelos participantes do primeiro painel do InfraJUR – Encontro Nacional de Direito de

Logística, Infraestrutura e Transportes, com o assunto “Desafios legais para gestão condominial nos portos”.

Para Fernando Reverendo Vidal Akaoui, desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo, o modelo escolhido pelo novo Governo Federal “é interessante para ser discutido e implementado em outros portos brasileiros”, mas é um debate que ainda está no início e carece de conversas entre os arrendatários e a Autoridade Portuária de Santos (APS).

Akaoui disse que quando o setor olha para a legislação atual do país, tem a impressão de que não existem saídas jurídicas que possibilitem a implantação de um novo modelo de gestão portuária sem a necessidade da criação de uma nova legislação, o que demoraria muito porque demandaria discussões aprofundadas no Congresso.

Porém, em sua visão, dentro da Lei dos Portos (Lei nº 12.815), existem mecanismos que permitiriam a implementação da gestão condominial de forma mais ágil, citando o Parágrafo 4 do Artigo 54, que versa sobre as dragagens e prevê o Regime Diferenciado de Contratações Públicas, algo que poderia ser estudado também para o novo modelo.

O exemplo em questão foi o modelo associativo aprovado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) para a administração da Ferrovia Interna do Porto de Santos (Fips). Para o desembargador, experiências como esta, vistas na prática, dão ânimo para o segmento.

Marcelo Sammarco, sócio da Sammarco Advogados e vice-presidente da ABDM (Associação Brasileira de Direito Marítimo), citou que o que “sempre se verifica no setor” são as barreiras impostas pela burocracia quando um ente público tenta contratar serviços de um ente privado. “Esse modelo de hoje não atende ao dinamismo que precisamos ter para os serviços que o setor necessita”, pontua.

Anderson Pomini, presidente da Autoridade Portuária de Santos, abriu sua fala questionando como transportar o conceito de gestão condominial civil para o setor privado.

“Como atribuímos a agilidade que o mercado quer, respeitando os princípios legais e lidarmos com a livre concorrência que é inerente ao mercado?”, questionou, dizendo que, pela profundidade do tema e mudanças propostas, talvez seja necessária uma nova legislação.

*Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT*

*Data: 16/05/2023*

### **SANTOS EXPORT - REFORMA ADMINISTRATIVA E POLÍTICAS PÚBLICAS DEVEM SER FOCO PARA ELIMINAR SOBREPOSIÇÕES**

Tema foi discutido durante o segundo painel do InfraJUR, no Santos Export

Por Cássio Lyra [redacao@portalbenews.com.br](mailto:redacao@portalbenews.com.br)



***O diretor da ANTT Lucas Asfor (à direita), defendeu pelo menos três soluções para eliminar a sobreposição de competências***  
***Crédito: Gabriel Imakawa/Brasil Export***

O segundo painel da edição do InfraJUR – Encontro Nacional de Direito de Logística, Infraestrutura e Transportes, dentro da programação do Santos Export 2023, discutiu a sobreposição de competências no setor de transportes. Para os debatedores, é importante uma reforma administrativa e que políticas públicas possam enfrentar essa situação, mesmo que isso demande muitos esforços e, principalmente, muito tempo.

Para o diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Eduardo Nery, é necessário que o Estado brasileiro faça uma reforma para enfrentar sobreposições e eliminar gargalos.

“Pegar a ineficiência administrativa é transformar em sinergia. Entendo que as reformas (administrativas) se fazem necessário, com políticas públicas, com estudos robustos voltados a enfrentar essas sobreposições, eliminar gargalos e também identificar situação que, às vezes, por falta de integração, pode gerar ineficiência, insegurança jurídica e isso acaba afastando os investimentos tão necessários”, comentou.

Lucas Asfor, diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), defendeu pelo menos três soluções: aprimoramento da implantação de políticas públicas pelo próprio Estado; melhor coordenação e comunicação entre os órgãos, com a participação dos agentes regulados; e, por último, uma revisão da reforma.

“Essa (última) eu entendo que é mais desafiadora, que é a revisão de uma consolidação legislativa. Concordo que demandaria muito esforço, muito tempo e boa vontade de diversos atores. A melhor comunicação deixa um ambiente de negócios mais positivo. Nenhum investidor vai se aventurar em processo de investimento caso haja confusão de entendimentos, decisões, e o principal, confusão de entendimentos diferentes em processos que são iguais”, disse.

A diretora de Administração e Finanças da Autoridade Portuária de Santos (APS), Bernadete Bacellar do Carmo Mercier, acha que uma reforma seja o mais apropriado.

“Acredito igual ao doutor Lucas, que é algo que vai exigir mais esforços e mais tempo. E tempo é uma coisa muito importante. Se pararmos para pensar, há quantos anos se fala em uma reforma tributária? Talvez o Governo faça um setor de compliance, uma resolução interministerial, sempre visando uma melhor atuação de seus atores e proporcionar mais segurança jurídica”, mencionou.

A mesa do painel 2 contou, também, com a participação de Ingrid Zanella Andrade Campos, presidente da Comissão Especial de Direito Marítimo e Portuário da OAB Nacional e vice-presidente da OAB Pernambuco.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 16/05/2023**

## SANTOS EXPORT - MINISTRO ANDRÉ MENDONÇA PALESTRA EM ENCERRAMENTO DO INFRAJUR

Além dele, falaram os ministros Benedito Gonçalves e Benjamin Zymler

Por **VANESSA PIMENTEL** [vanessa@portalbenews.com.br](mailto:vanessa@portalbenews.com.br)



**Em seu discurso, o ministro do STF André Mendonça destacou a importância da Constituição para balizar o setor empresarial**  
**Crédito: Gabriel Imakawa/Brasil Export**

O ministro do Supremo Tribunal Federal, André Mendonça, falou sobre o papel do setor público junto às atividades do setor portuário durante sua palestra de encerramento das atividades do InfraJUR – Encontro Nacional de Direito de Logística e Infraestrutura.

O evento faz parte da programação do Fórum Santos Export, que começou ontem (15) e termina hoje (16), no Blue Med

Convention Center, em Santos.

Além de Mendonça, participaram o ministro do Superior Tribunal de Justiça, Benedito Gonçalves; e o ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), Benjamin Zymler.

Em seu discurso, o ministro do STF destacou a importância da Constituição para balizar o setor empresarial.

“A Constituição é uma carta de valores. Temos ao mesmo tempo valores como meio ambiente e atividade dos senhores está muito relacionada aos impactos ambientais. Nós temos hoje uma matriz de transporte ineficiente (rodoviário), do qual o Brasil é muito dependente. Há também o desafio de internalizar e exportar as riquezas junto com um desenvolvimento sustentável”, disse.

Neste sentido, o ministro disse que é preciso avançar na interpretação da expressão ‘desenvolvimento sustentável’. “É um binômio, nós precisamos casar essas duas palavras em harmonia, sem exageros em nenhum dos lados”, afirmou.

Mendonça ainda destacou que é preciso que as empresas invistam em programas de segurança jurídica e integridade. “Criem seus sistemas e deixem isso transparente. É bom para os senhores e para o desenvolvimento do país”, afirmou.

O ministro citou também a BR do Mar, lei aprovada no ano passado que prevê aumentar a navegação por cabotagem.



“A partir dessa legislação eu espero que nos próximos anos tenhamos uma mudança de perspectiva, assim como no transporte ferroviário também”, concluiu.

Já Benjamin Zymler falou sobre a função do TCU dentro do segmento portuário. Segundo ele, a plêiade de competências do órgão é imensa e reconheceu a dificuldade do órgão em entender todas as demandas do setor.

“Nossas secretarias especializadas é que municiam os processos dos ministros, com informações técnicas, das empresas e agência reguladora, o que nos dá condições de falar sobre assuntos portuários”.

Já Benedito Gonçalves disse que o InfraJUR é um “evento visionário, que fomenta o direito portuário a nível nacional”.

*Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT*

*Data: 16/05/2023*

## **SANTOS EXPORT - SANTOS EXPORT DEBATE MODELOS DE GESTÃO PARA FUTURO DO PORTO DE SANTOS**

Ideia é discutir propostas que aperfeiçoem a administração dos serviços portuários

Por **VANESSA PIMENTEL** [vanessa@portalbenews.com.br](mailto:vanessa@portalbenews.com.br).

Com a presença do presidente da Autoridade Portuária de Santos (APS), Anderson Pomini, o modelo de gestão para o futuro do Porto de Santos (SP) será um dos temas dos painéis debatidos hoje (16), durante o Santos Export – Fórum Regional de Logística, Infraestrutura e Transportes, promovido pelo Grupo Brasil Export, no Blue Med Convention Center, na Ponta da Praia, em Santos.

A ideia é discutir propostas que aperfeiçoem a administração dos portos, e um dos modelos é o de gestão condominial, defendida pelo secretário nacional de Portos e Transportes Aquaviários, Fabrizio Pierdomenico, que também estará presente hoje no evento.

Em entrevista concedida ao BE News em abril, o secretário disse que a ideia pode ser aplicada em todos os portos do país, de acordo com cada situação, inclusive no Porto de Santos.

Na gestão condominial, há o repasse para a iniciativa privada da administração de acessos aquaviários, ferroviários e rodoviários dos complexos marítimos, ou seja, dos serviços considerados como de zeladoria, que não são funções de Estado.

Outra importante discussão envolve soluções para os gargalos dos acessos ao Porto de Santos, principalmente o rodoviário, que conta apenas com uma conexão Planalto-Porto, feita pela via Anchieta, do Sistema Anchieta-Imigrantes.

Com expectativas que indicam um crescimento de 50% no volume de cargas movimentadas pelo complexo até 2040, se uma nova pista de acesso ligando as duas regiões (porto/planalto) não for feita, o setor produtivo teme perda de competitividade e de cargas com o possível gargalo logístico por terra.

O complexo também está chegando perto de sua capacidade máxima para movimentação de contêineres, que é de 5,3 milhões de TEU/ano. No ano passado, a marca foi de 5 milhões de TEU.

Além de Pomini e Pierdomenico, estarão presentes hoje Rogério Santos, prefeito de Santos; Felipe Queiroz, diretor da ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres); Rui Klein, diretor de Concessões Rodoviárias Estaduais do Grupo EcoRodovias; Jesualdo Silva, diretor-presidente da Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP), entre outras autoridades.

**Confira a programação completa do Santos Export 2023:**





### 16 de maio

9h00 – Palavras de boas-vindas por José Roberto Campos, Presidente do Conselho Nacional do Brasil Export, e Ricardo Molitzas, Presidente do Conselho do Santos Export (nício da transmissão online e gratuita no Portal BE News)

9h15 – Painel 1: Investimentos, renovação de contratos de arrendamento e regras para TUPs

Apresentação: Fabrizio Pierdomênico, Secretário Nacional de Portos e Transportes Aquaviários

Moderação: Leopoldo Figueiredo, Diretor de Redação do BE News

#### Debatedores:

- Antônio Carlos Sepúlveda, Diretor-Presidente da Santos Brasil
- Fabio Siccherino, CEO da DP World Santos
- Ricardo Arten, CEO da Brasil Terminal Portuário
- Sandra Silva, Gerente Jurídica da Cargill

10h15 – Palestra Governo do Estado de São Paulo

11h00 – Coffee break

11h30 – Painel 2: Soluções para os gargalos dos acessos ao Porto de Santos

Introdução e moderação: Leopoldo Figueiredo, Diretor de Redação do BE News

#### Debatedores:

- Natália Resende, Secretária de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo
- Rogério Santos, Prefeito de Santos
- Felipe Queiroz, Diretor da ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres)
- Rui Klein, Diretor de Concessões Rodoviárias Estaduais do Grupo EcoRodovias
- João Almeida, Diretor-Presidente da FIPS (Ferrovia Interna do Porto de Santos)
- Silvana Alcântara, Diretora de Relações Institucionais e Regulatório da VLI

13h00 – Almoço

14h30 – Painel 3: Demandas e desafios dos embarcadores de carga no Porto de Santos

16h00 – Coffee break

16h30 – Painel 4: Modelo de gestão para futuro do Porto de Santos

Moderação: Leopoldo Figueiredo, Diretor de Redação do BE News, e Natalie Nanini, Diretora de Jornalismo do Sistema Santa Cecília de Comunicação

- Anderson Pomini, Diretor-Presidente da Santos Port Authority
- Jesualdo Silva, Diretor-Presidente da ABTP
- Angelino Caputo, Diretor-Execuvo da ABTRA
- Mauro Sammarco, Presidente da ACS
- Marcelo Neri, Presidente da FENAMAR
- Sergio Aquino, Presidente da FENOP
- Regis Prunzel, Presidente do SOPESP
- Claudio Loureiro, Diretor-Execuvo do Centronave

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 16/05/2023

### NACIONAL – VITRINE

## VITRINE



Para os eventos que fazem a diferença, esta é a sua **Vitrine**.



CÂNDICE LA TERZA  
candice@portalbenews.com.br



A gerente Jurídico & Compliance da Brasil Terminal Portuário, Gabriela Heckler, o presidente da Federação Nacional das Agências de Navegação Marítima – Fenamar, Marcelo Neri, a manager Terminal Investment da Til, Ana Teresa Teixeira Magalhães, e a gerente de Regulação da Santos Port Authority - SPA, Débora Andrade, a postos para o início oficial do Santos Export 2023.



Poucos minutos antes da abertura oficial do Santos Export, registro especial das ilustres presenças do ministro dos Portos e Aeroportos, Márcio França, e do diretor-presidente da Santos Port Authority (SPA), Anderson Pomini, ambos prestigiando o já consagrado fórum permanente de discussões sobre o setor portuário, logística e infraestrutura, liderado pelo CEO Fabrício Julião.



Homenageados pelo Brasil Export pelos 90 anos de colaboração para a eficiência e segurança da navegação, contribuindo para o desenvolvimento do Porto de Santos e para o atendimento de embarcações cada vez maiores e mais desafiadoras, o gerente executivo da Praticagem de São Paulo, Alexandre Canhetti, o presidente Fábio Mello Fontes, e o vice-presidente, Bruno Tavares.



A fundadora e COO na FlowIs, Anna Vale, a administradora de projetos na Eldorado Celulose, Fernanda Machado, o presidente do Nordeste Export e consultor da Mercos Shipping, Aluísio Sobreira e a gerente de Comunicação e Relações Institucionais da Abtra, Milena de Castro, em momento de papo descontraído antes do evento.



Em foto exclusiva para a Vitrine, o advogado especializado em Direito Portuário, Marítimo e Aduaneiro e presidente do Sudeste Export, Marcelo Sammarco, o gerente-geral de Logística da Eldorado Brasil, Flávio da Rocha Costa, e o diretor-presidente da Ferrovia Interna do Porto de Santos – FIPS.



### AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS

## MUDANÇA ENCERRA SUBORDINAÇÃO OBRIGATÓRIA À PARIDADE DE IMPORTAÇÃO, DIZ PETROBRAS

“Petrobras vai ser mais eficiente e competitiva, atuando com mais flexibilidade para disputar mercados com seus concorrentes”, diz Jean Paul Prates

*Por Gustavo Gaudarde 16 de maio de 2023 Em Combustíveis, Petróleo e gás, Política energética*



**Brasília 16/05/2023 - O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira e o presidente da Petrobrás, Jean Paul Prates, durante anúncio da nova política de preços dos combustíveis. Foto: Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil**

RIO – As mudanças na formação de preços da gasolina e do diesel anunciadas nesta terça (16/5) “encerra a subordinação obrigatória ao preço de paridade de importação”, diz a Petrobras. A companhia deixa, assim, de praticar preços orientado ao PPI.

“Vamos continuar seguindo as referências de mercado, sem abdicar das vantagens competitivas de ser uma empresa com grande capacidade de produção e estrutura de escoamento e transporte em todo o país”, disse o presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, em nota.

Segundo a Petrobras, a nova estratégia para formação dos preços da gasolina e do diesel passa a usar duas referências:

O custo alternativo do cliente. Valor que será “priorizado na precificação” e leva em conta principais as alternativas, “sejam fornecedores dos mesmos produtos ou de produtos substitutos”.

E o valor marginal para a Petrobras, o custo de oportunidade, que são as alternativas de comercialização, “dentre elas, produção, importação e exportação” de gasolina e diesel ou do petróleo.

“Nosso modelo vai considerar a participação da Petrobras e o preço competitivo em cada mercado e região, a otimização dos nossos ativos de refino e a rentabilidade de maneira sustentável”, disse o diretor de Logística, Comercialização e Mercados da Petrobras, Claudio Schlosser, em nota.

### **Novas premissas sem mudança em diretriz do conselho**

As premissas são: preços competitivos por polo de venda; participação ótima da Petrobras no mercado; otimização dos seus ativos de refino; e rentabilidade de maneira sustentável, lista a empresa.

Os reajustes nos preços do diesel e na gasolina da Petrobras continuarão sendo feitos sem periodicidade definida, “evitando o repasse para os preços internos da volatilidade conjuntural das cotações internacionais e da taxa de câmbio”.



A estratégia comercial segue subordinada a um grupo executivo, composto pelo presidente da companhia, Jean Paul Prates; e os diretores de Logística, Comercialização e Mercados, Claudio Schlosser; e o diretor Financeiro e de Relacionamento com Investidores, Sérgio Leite.

“A Petrobras reforça seu compromisso com a geração de valor e com a sustentabilidade financeira de longo prazo, preservando a sua atuação em equilíbrio com o mercado, ao passo que entrega aos seus clientes maior previsibilidade por meio da contenção de picos súbitos de volatilidade”, diz a empresa.

### **Diretrizes aprovadas em 2022**

Ainda segundo o comunicado da empresa, a nova política de preços foi aprovada ontem (15/5) pela diretoria executiva e está alinhada com a diretriz de formação de preços no mercado interno, definida pelo conselho em 27 de julho de 2022.

Em julho de 2022, a empresa anunciou que a diretriz vigente passaria a incorporar uma camada adicional de supervisão da política de preços pelos conselhos de administração e fiscal, a partir de relatórios trimestrais da diretoria, “formalizando prática já existente”, disse à época

“Vale destacar que a referida aprovação não implica em mudança das atuais políticas de preço no mercado interno, alinhadas aos preços internacionais, e tampouco no Estatuto Social da companhia”, informou a estatal em 2022.

### **Descumprimento do PPI no governo Bolsonaro**

Concorrentes da Petrobras, na importação de combustíveis, recorreram ao Cade em diferentes oportunidades para questionar o descumprimento do PPI.

A Abicom, que representa o setor, aciona o órgão desde 2019, primeiro ano do governo Bolsonaro. A primeira intervenção por fins políticos nos preços da companhia ocorreu nos 100 dias da gestão anterior.

A entidade cobrava a compromisso no acordo da Petrobras para a venda das refinarias e que a atual administração da companhia já deixou claro que vai contestar e se defender de eventuais novas acusações no órgão de defesa da concorrência – Petrobras vai contestar acordo para venda de refinarias no Cade.

A paridade foi aplicada de forma hesitante, com períodos de congelamento, marcados por crises políticas em razão da alta nos preços dos combustíveis.

A paridade de importação foi instituída em 2016, no governo de Michel Temer e com a Petrobras sob comando de Pedro Parente.

À época, a companhia alinhou os preços da gasolina e do diesel, passou a realizar reajustes constantes e começou a traçar os planos de venda das refinarias, que se materializaram no governo Bolsonaro, com três unidades efetivamente vendidas na Bahia, Manaus e a SIX, de xisto, no Paraná.

O PPI de Pedro Parente sobreviveu até a greve dos caminhoneiros de 2018, ano eleitoral que terminou com a vitória de Bolsonaro. Em 2022, o ex-presidente editou atos que, supostamente, levariam à privatização da Petrobras, mas sem compromissos nas promessas de campanha.

*Fonte: Agência EPBR de Notícias*

*Data: 16/05/2023*

## **PETROBRAS SERÁ ATRATIVA PARA INVESTIDORES DE LONGO PRAZO, DEFENDE MINISTRO; AÇÕES SOBEM**

Silveira e Prates negam se tratar de intervenção do governo nos preços dos combustíveis da companhia

*Por epbr 16 de maio de 2023 Em Combustíveis, Petróleo e gás, Política energética*

A Petrobras será uma companhia atrativa para investidores de longo prazo, afirmou o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira (PSD), nesta terça (16/5), após a companhia anunciar que deixará de estar sujeita à paridade de importação na formação de preços do diesel e da gasolina.



Silveira e o presidente da companhia, Jean Paul Prates (PT), negaram se tratar de intervenção do governo na companhia.

“O governo é controlador, isso não quer dizer interventor, muito pelo contrário. O que nós defendemos é o bom senso e a coerência. O que havia na verdade era uma política criminosa contra brasileiros e brasileiras”, disse o ministro.

**Segundo Prates, tratava-se de uma política “contra a Petrobras”.**

“Os instrumentos de rentabilidade, de garantia da financiabilidade da companhia estão integralmente garantidos. O que estamos falando aqui é um modelo que vai garantir ter o melhor preço para o seu cliente como qualquer outra empresa, não é intervenção nenhuma”, disse o executivo.

As ações da companhia abriram em alta de 3%, carregando o Ibovespa, principal índice da bolsa de valores de São Paulo, que sobe na contramão do mercado internacional.

### **Investidores de longo prazo**

“A Petrobras vai se tornar uma empresa ainda mais atrativa pros investidores sérios, de longo prazo”, disse Silveira.

O ministro lembrou que no governo Bolsonaro, a intenção era vender os ativos da companhia e levar à privatização da Petrobras.

“Sendo preparada para ser vendida do jeito que estava fazendo [o governo anterior], no processo de desinvestimento para chegar com a Petrobras, em poucos anos, como uma vendedora exclusivamente de óleo cru [e] se tornar atrativa para um mercado é especulativo e vender a empresa”, afirmou.

A mudança na precificação dos combustíveis tem como premissas a competitividade contra concorrentes da Petrobras; e o custo de oportunidade, isto é, a conta se vale mais a pena vender, importar, exportar gasolina, diesel ou petróleo, segundo comunicado da empresa.

Prates têm afirmado que a imposição do PPI era uma prática para beneficiar concorrentes, uma prática de preços para garantir o mercado aberto para para outros fornecedores.

***“Não é contra o investidor, é o contrário. O que é contra o investidor é ser obrigado a praticar o preço do seu concorrente. O pior preço pra você. Então, perdia marketing share, perdia mercado”.***

Segundo o executivo, a mudança significa que a paridade de importação deixará de ser o único “fator exclusivo” de formação de preço.

A Petrobras vai ter a “liberdade de usar nossas vantagens competitivas a favor do Brasil e da Petrobras”, conclui.

### **Redução de preços do diesel e gasolina em mais de 12%**

A Petrobras anunciou que reduzirá os preços de venda do diesel e da gasolina para as distribuidoras em mais de 12% a partir desta quarta-feira (17/5).



Diesel A: vai cortar R\$ 0,44 por litro do seu preço médio de venda para as distribuidoras, que passará de R\$ 3,46 para R\$ 3,02 por litro – queda de 12,7%.

Gasolina A: vai baixar em R\$ 0,40 por litro o seu preço médio de venda para as distribuidoras, que passará de R\$ 3,18 para R\$ 2,78 por litro – queda de 12,5%.

Segundo a empresa, o preço médio ao consumidor final poderia atingir o valor de R\$ 5,18 por litro de diesel S10, mantidas as parcelas referentes aos demais agentes conforme a pesquisa de preços da ANP para o período de 7 a 13/05.

A parcela da Petrobras no preço ao consumidor será, em média, R\$ 2,69 a cada litro vendido na bomba, considerando a mistura obrigatória de 88% de diesel A e 12% de biodiesel para a composição do diesel S10 comercializado nos postos.

Já o preço médio da gasolina A ao consumidor final poderia atingir o valor de R\$ 5,20 por litro, mantidas as parcelas referentes aos demais agentes conforme a pesquisa de preços da ANP para o período de 7 a 13/05.

A parcela da Petrobras no preço ao consumidor será, em média, R\$ 2,03 a cada litro vendido na bomba, considerando a mistura obrigatória de 73% de gasolina A e 27% de etanol anidro para a composição da gasolina comercializada nos postos.

*Fonte: Agência EPBR de Notícias*

*Data: 16/05/2023*

## O QUE FALTA SABER SOBRE A NOVA POLÍTICA DE PREÇOS DA PETROBRAS

Anúncio sobre fim da paridade de preços da gasolina e do diesel deixou perguntas em aberto sobre funcionamento e impacto do novo modelo

*Por Gabriela Ruddy 16 de maio de 2023 Em Combustíveis, Mercados*

RIO — A Petrobras anunciou na manhã desta terça-feira (16/5) uma nova política para os preços da gasolina e do diesel que aumenta a complexidade dos cálculos e garante à companhia maior poder na definição das cotações internas, segundo especialistas. De acordo com o presidente da companhia, Jean Paul Prates a nova fórmula consolida, de fato, o “abrasileiramento” dos preços, conforme defendido pelo presidente Lula.

Em seguida, a empresa já anunciou uma redução nas cotações do diesel e da gasolina. A gasolina terá uma queda de 12,5%, redução que será de 12,7% no diesel.

O anúncio, no entanto, deixou algumas dúvidas:

- Quais serão os critérios para composição dos preços?
- Como vai ser a atuação em cada mercado?
- Qual será o impacto para os importadores?

A epbr mostra abaixo o que já foi divulgado e o que falta ser esclarecido sobre a nova política de preços da Petrobras.

### O que já foi divulgado

#### – Preço vai considerar novas variáveis

A Petrobras vai seguir levando em consideração os preços internacionais e o câmbio na definição dos preços, mas agora considera também novas variáveis nos cálculos. A empresa passar a levar em conta nos cálculos também as alternativas para o suprimento e o valor marginal da petroleira.



Assim, a companhia vai passar a considerar, por exemplo, o custo interno de produção dos combustíveis e o quanto ela ganha (ou perde) ao vender esses produtos no mercado nacional em vez de exportar. Também entram na conta os preços combustíveis vendidos pelas refinarias privadas e importadores, assim como os preços dos produtos substitutos, como o etanol hidratado, no caso da gasolina.

Os reajustes seguirão sem periodicidade definida e continuarão a ser impactados pela volatilidade no mercado externo. Na prática, a companhia vai buscar ter preços menores do que os concorrentes, mas sem cair em prejuízo.

“A Petrobras vai ter maior poder de arbitragem sobre os preços”, diz Bruno Cordeiro, analista de Inteligência de Mercado da StoneX.

Nesse sentido, é importante ressaltar que o presidente da Petrobras tem sinalizado que a empresa vai buscar ganhar mercado em relação aos concorrentes.

### **– Margem do refino deve ser preservada**

Em entrevista coletiva na manhã desta terça, Prates ressaltou ainda que a empresa não vai ter intervenção do governo e nem vai praticar preços que não sejam rentáveis. É governo indicou, desse modo, que não vai voltar ao cenário do governo Dilma Rousseff, quando a Petrobras teve prejuízos para manter os preços abaixo do mercado externo. “Isso não é uma volta ao passado”, disse Prates.

Segundo o CEO, a nova política “preserva o resultado econômico ótimo para a empresa”, assim como garante a rentabilidade e a capacidade de financiabilidade da companhia.

A mudança foi apoiada pela Federação Única dos Petroleiros (FUP), que considera que pode haver menor volatilidade aos consumidores.

As margens de refino da Petrobras seguem em níveis saudáveis mesmo depois da mudança na política, segundo cálculos feitos depois da redução nos preços anunciada hoje, os analistas do Goldman Sachs, Bruno Amorim, João Frizo e Guilherme Martins. “Em suma, os preços dos novos combustíveis permanecem razoavelmente alinhados com os níveis de preços internacionais e ainda devem permitir margens de refino compatíveis com os níveis pré-pandemia”, afirmaram os analistas em relatório.

Eles ressaltam, no entanto, que o preço do diesel está 7% abaixo da média na costa do Golfo do México americano, umas principais regiões de refino do mundo. Já o preço da gasolina está 15% abaixo dessa referência.

– Preços serão definidos pelos mesmos executivos

Assim como antes, as decisões sobre preços seguirão sendo tomadas pelo grupo composto pelo CEO, o diretor executivo de Logística, Comercialização e Mercados e pelo diretor financeiro.

### **– Preços vão variar conforme o cliente**

Outro ponto importante é o fato de que os preços não serão iguais para todos os clientes, pois as condições serão diferentes conforme o volume negociado. “A Petrobras fará seu preço de acordo com cada cliente, com o ambiente em que aquele cliente se insere e com questões de instalações e logística. Mas a empresa vai buscar sempre ser a melhor alternativa para cada cliente”, disse Prates.

### ***O que ainda falta saber***

#### **– Quais os critérios para composição dos preços?**

A companhia não divulgou fórmulas ou referências específicas. Com isso, não se sabe qual das variáveis levadas em consideração vai ter maior ou menor impacto na definição dos preços finais. Também não está claro se esses pesos na composição vão variar conforme as condições do mercado. Cordeiro, da StoneX, acredita que a empresa pode dar mais detalhes a esse respeito nas próximas semanas.



Para o presidente da Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom), Sérgio Araújo, algumas das variáveis levadas em consideração na nova política tendem ser menos objetivas e mais vagas. Para ele, isso cria imprevisibilidade e insegurança não apenas para os importadores, mas também para outros produtores nacionais, que deixam de ter uma referência clara para definir os próprios preços.

“As alternativas de fornecimento, por exemplo, são questões mais abstratas. Com isso, a referência para a precificação fica perdida. A transparência na precificação do agente dominante do mercado brasileiro, que é a Petrobras, acaba”, diz.

O economista Eric Gil Dantas, do Observatório Social do Petróleo (OSP) e Instituto Brasileiro de Estudos Políticos e Sociais (Ibeps), também acredita que a nova política tem critérios subjetivos. “Os parâmetros utilizados não são claros em relação à definição dos preços, critérios esses que seriam muito importantes para assegurar a ligação dos preços aos custos reais de produção (o ‘abrasileiramento’), e assim ofertar ao consumidor brasileiro valores menores do que a paridade de importação”, afirma.

### – Como vai ser a atuação em cada mercado?

Também não está claro qual vai ser o impacto, na prática, para os consumidores de cada região, pois a companhia tem uma influência diferente sobre cada mercado. Em relatório, o Goldman Sachs aponta que os impactos da mudança na política de preços devem ser menores nas regiões mais dependentes de importações, como o Norte do país. Já nas regiões que são mais abastecidas pelas refinarias da Petrobras, caso do Sul e Sudeste, a empresa deve ter mais flexibilidade para baixar preços, acredita o banco.

### – Qual será o impacto para os importadores?

Outro ponto em que falta clareza é no impacto que a nova política terá sobre os importadores independentes. Hoje, 30% do abastecimento de diesel do país é garantido pela importação.

“O equilíbrio da competição interna vai garantir naturalmente o abastecimento do povo brasileiro”, disse o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira em entrevista à GloboNews depois do anúncio, sem dar maiores detalhes.

Na visão de Amance Boutin, especialista em combustíveis da Argus, o papel da Petrobras no suprimento nacional é um dos pontos mais importantes da mudança para os outros players do mercado. “Durante o governo anterior, a Petrobras recuou na atividade de importação de diesel, deixando agentes privados cuidar do que o parque de refino nacional não podia suprir”, diz.

Boutin não vê, entretanto, risco de falta de suprimento no mercado, pois a possibilidade de importação dos derivados russos, que sofrem sanções na Europa, ajuda a garantir alternativas para o abastecimento.

Para Paulo Valois, sócio do Schmidt Valois Advogados, ainda é difícil de prever os impactos da nova política na dinâmica do mercado. “Se a Petrobras fixar um preço de importação muito menor do que o restante do mercado efetivamente consegue, o cenário se complica para os importadores”, afirma.

*Fonte: Agência EPBR de Notícias*

*Data: 16/05/2023*

## ESTACIONAMENTO SOLAR EM SOROCABA SE PREPARA PARA RECEBER CARROS VOADORES

Maior usina de energia fotovoltaica em formato de estacionamento no Brasil foi inaugurada no interior de São Paulo, nesta segunda-feira (15)

*Por epbr 16 de maio de 2023 Em Empresas, Solar, Transição energética*





**Usina solar no interior de São Paulo foi projetada com capacidade para abastecer veículos de pouso e decolagem verticais (Foto: Divulgação/Viridian Ecoenergia)**

BRASÍLIA — A maior usina de energia solar fotovoltaica em formato de estacionamento no Brasil foi inaugurada em Sorocaba, no interior de São Paulo, nesta segunda-feira (15/5), e foi pensada para atender a nova onda de veículos elétricos, inclusive os de pouso vertical — os “carros voadores”.

Localizada no bairro Alto da Boa Vista, a usina recebeu R\$ 21 milhões em investimentos privados em uma estrutura de 4.589 módulos fotovoltaicos de 655 watts, que foram importados da China.

Juntos, eles devem produzir 3 megawatt-pico (MWp), em uma área de 30 mil metros quadrados, sendo 14 mil metros quadrados cobertos por painéis solares.

O estacionamento tem 789 vagas cobertas, mas inicialmente, apenas 37 vagas estarão preparadas para veículos elétricos. O restante da energia será comercializado no modelo geração distribuída compartilhada, isto é, pequenos e médios consumidores que fazem contratos com a geradora e recebem descontos na conta de luz emitida pela concessionária local.

Segundo a Viridian Ecoenergia, responsável por projetar a estrutura, o estacionamento tem capacidade de gerar energia suficiente para suprir o consumo médio de 2 mil residências populares.

E a produção estimada de 4.500 MWh/ano deve evitar a emissão de 7160 toneladas de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>) na atmosfera.

“É um grande projeto que foi concebido com o que há de mais moderno no setor. Tivemos pelo menos 50 profissionais envolvidos, desde engenheiros até a equipe de obras. A estrutura metálica utilizada é leve e, ao mesmo tempo, resistente, o que reduz os custos com materiais e garante a segurança. Já os módulos fotovoltaicos seguem padrões internacionais de qualidade”, explica Luiz Cláudio Rosa, diretor da Viridian Ecoenergia.

### **Abastecimento de carros voadores**

Olhando para o futuro do transporte, a usina também foi projetada com capacidade para abastecer veículos de pouso e decolagem verticais, cuja promessa é começar a aparecer no mercado em 2026.

Também nesta segunda, a fabricante de aeronaves elétricas Eve, controlada pela Embraer, concluiu os testes em túnel de vento para seu veículo elétrico. O plano é iniciar as operações comerciais com as aeronaves elétricas de pouso e decolagem vertical (eVTOLs) em 2026, e os testes em túnel de vento foram considerados essenciais para a futura produção e certificação.

A empresa tem trabalho com os stakeholders no desenvolvimento de infraestrutura para suportar as operações do eVTOL.

Na usina de Sorocaba, as vagas foram projetadas para ficarem 12,5 metros de distância umas das outras, e como a envergadura destes veículos elétricos aéreos é de 12 metros, viabiliza a usina para atuar também no seu reabastecimento, explica a Viridian.

“É uma usina na qual criamos o conceito de estacionamento para veículos com rodas, mas há a previsão de receber e guardar veículos elétricos de voo, além de abastecê-los no local, como se fosse uma ‘marina’ para os veículos do futuro”, completa Rosa.

**Fonte: Agência EPBR de Notícias**

**Data: 16/05/2023**

## CELGPAR ESTUDA EXPANSÃO DE INFRAESTRUTURA DE MOBILIDADE ELÉTRICA EM GOIÁS

Empresa de energia que tem o Governo de Goiás como acionista majoritário pretende subsidiar planejamento de políticas públicas de eletrificação do transporte  
*epbr 16 de maio de 2023 Em Setor elétrico, Transição energética*



**Estação de carregamento em Goiânia fornecerá dados para a Celgpar (Foto: Divulgação)**

BRASÍLIA — A Celgpar, empresa especializada em solução em energia que tem o Governo de Goiás como acionista majoritário, está investindo em estações de carregamento de carros elétricos para desenvolver um plano de eletromobilidade no estado.

Com aporte inicial de R\$ 52,8 mil em contrato de um ano, a companhia vai veicular sua marca em unidades de carregamento em pontos estratégicos de

Goiânia, de onde coletará informações sobre a demanda para servir de base em seus projetos futuros.

Segundo a companhia, este acordo marca o início dos estudos que subsidiarão o planejamento de políticas públicas para desenvolver esta área, com um plano de expansão que pretende contemplar locais de carregamento mais rápidos tanto nos centros urbanos como em trechos rodoviários estratégicos de Goiás

Os primeiros pontos com a marca Celgpar foram instalados no Costa Atacadão (Jardim Goiás e T-63), na City Soluções Urbanas da Praça T-23, no Setor Bueno, e no Alphamall, complexo comercial anexo ao residencial Alphaville Flamboyant.

“A Celgpar tem procurado diversificar sua linha de atuação no setor elétrico e uma das áreas é exatamente a busca de soluções de mobilidade elétrica, com tecnologia, inovação e redes e conexões que ampliem a infraestrutura para veículos elétricos, uma tendência mercadológica de grande interesse do Governo do Estado”, explica a empresa em nota.

O modelo de negócio foi escolhido por oferecer estações de carregamento veicular, softwares de gestão e gerenciamento de estações e suporte completo – do projeto à instalação, o que permite o compartilhamento de dados.

A ideia é criar um banco de dados que pode ser útil nas políticas públicas de futuro.

O estado tem hoje cerca de três mil veículos elétricos, dos 126 mil que circulam no país, de acordo com dados da Associação Brasileira do Veículo Elétrico (ABVE).

Recentemente, o governo de Goiás anunciou investimentos em uma frota de ônibus elétricos para atender o eixo Anhanguera, um corredor de transporte coletivo na capital.

Para garantir que a nova demanda por eletricidade seja atendida por fontes de baixo carbono, a Celgpar está construindo três usinas fotovoltaicas e estuda parcerias para recuperação energética a partir de resíduos sólidos.

**Fonte: Agência EPBR de Notícias**  
**Data: 16/05/2023**



## JORNAL O GLOBO – RJ

### DEVOLUÇÃO ANTECIPADA DE R\$ 45 BILHÕES AO TESOUREIRO E CÂMBIO FEZ LUCRO DO BNDES CAIR 51% NO PRIMEIRO TRIMESTRE

Banco encerrou período de janeiro a março lucrando R\$ 1,7 bilhão; desembolsos chegaram a R\$ 19 bilhões

*Por João Sorima Neto — São Paulo*

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) teve lucro líquido recorrente de R\$ 1,7 bilhão no primeiro trimestre deste ano, uma queda de 28,4% em relação ao mesmo período do ano anterior. Na comparação com o quarto trimestre de 2022, a queda foi de 51%. Os números foram divulgados na sede do banco em São Paulo nesta terça-feira.

O diretor da área financeira do banco de fomento, Alexandre Abreu, explicou que a queda no lucro recorrente se explica principalmente por dois fatores. Ele lembrou que o BNDES vem devolvendo ao tesouro recursos aportados nos últimos anos. Até novembro passado, essa devolução vinha sendo feita à medida que os clientes que tinham empréstimos em TJLP iam pagando.

Mas, no final do ano passado, o banco, ainda na gestão do governo anterior, devolveu R\$ 45 bilhões ao Tesouro, antes de receber os recursos dos clientes, o que provocou descasamento nessa operação.

— Todos os fatores que impactaram o lucro são anteriores à atual gestão. Quando se tira R\$ 45 bilhões do caixa do banco, se perde receita na rentabilidade - disse Abreu, lembrando que o banco passou a se financiar com Selic, com ativos em TJLP. É uma questão matemática e vai perdurar. Isso, segundo ele, provocou um descasamento de R\$ 800 milhões.

Outro fator que afetou o resultado, disse Abreu, é que o banco tinha passivos em dólar, mas não tinha ativos na moeda americana. Esse descasamento, não gera prejuízo, mas quando o dólar cai, o que de fato aconteceu, há um efeito negativo. Nesse caso, foi de R\$ 800 milhões.

A carteira de crédito expandida do banco chegou a R\$ 479 bilhões no período, alta de 8,15% na comparação anual, e ficou estável em relação ao quarto trimestre. Os desembolsos totais no período foram de R\$ 19,1 bilhões, alta de 29,1% na comparação anual, mas queda de 44,8% em relação ao quarto trimestre. Já a inadimplência, considerando atraso de 90 dias, caiu a 0,06%.

*Fonte: O Globo - RJ*

*Data: 16/05/2023*

### REVISÃO DE TRATADO DE ITAIPU É UM PROCESSO DE INTEGRAÇÃO, AFIRMA PRESIDENTE ELEITO DO PARAGUAI APÓS REUNIÃO COM LULA

Segundo Santiago Peña, relações diplomáticas não podem ser 'ideologizadas'

*Por Eliane Oliveira e Alice Cravo — Brasília*

A revisão do Tratado de Itaipu, prevista para agosto deste ano, e a maior integração entre os países sul-americanos, incluindo a Venezuela, foram temas discutidos, nesta terça-feira, em uma reunião entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o presidente eleito do Paraguai, Santiago Peña. Ele venceu a eleição com 95% e pertence ao conservador Partido Colorado.

Peña destacou a importância da usina hidrelétrica binacional Itaipu para a economia de seu país e lembrou que, neste ano, será revisado o chamado Anexo C, que trata da forma de pagamento pela

energia comercializada. Ele não entrou em detalhes sobre como seria essa negociação, mas afirmou que as conversas precisam levar em conta outros pontos de vista, além do financeiro.



### ***Lula recebe Santiago Peña, presidente eleito do Paraguai Ricardo Stuckert /Presidência da República***

— Nossa conversa não pode estar somente embasada em investimentos ou em dinheiro. Tem que ser realmente um processo de integração — afirmou, acrescentando que uma de suas promessas de campanha é a criação de 500 mil empregos nos próximos cinco anos.

O acordo que criou a hidrelétrica, com sede em Foz do Iguaçu (PR), completou 50 anos. No dia 13 de agosto — dois dias antes de Peña tomar posse — técnicos dos dois países vão revisar os termos financeiros, uma vez que as dívidas para a construção da usina foram quitadas.

Esta foi a primeira viagem de Peña ao exterior como presidente eleito. Ele destacou que tem “lindas lembranças” dos dois primeiros mandatos de Lula.

Santiago Peña citou o restabelecimento das relações de seu país com a Venezuela. Disse que foi uma decisão por ele anunciada antes das eleições e relatou ter comunicado sua posição em um telefonema ao presidente venezuelano Nicolás Maduro.

— Historicamente, sempre tivemos uma relação com o povo da Venezuela e isso não nos impedia que tivéssemos uma posição crítica ante a ausência de direitos humanos e de realização de eleições — ressaltou.

— Eu disse que [Lula] poderia contar comigo nesse processo de integração, onde todos os países temos que ser respeitosos das missões de cada um. Não podemos ideologizar as relações diplomáticas e a integração do nosso povo.

Ele relatou ter dito ao presidente brasileiro que apoiará o processo de integração na região. Mencionou como exemplos o Mercosul, a União de Nações Sul-Americanas (Unasul), a Comunidade dos Estados Latino -Americanos e Caribenhos (Celac) e o próprio Fórum para o Progresso de Desenvolvimento da América do Sul (Prosul), criado com o apoio de governos de direita, como o do Brasil na época de Jair Bolsonaro, em 2019.

**Fonte: O Globo - RJ**

**Data: 16/05/2023**

## **ANALISTAS VEEM RISCO DE INGERÊNCIA DO GOVERNO NA PETROBRAS, COM NOVA POLÍTICA DE PREÇOS**

'Existe o risco de voltarmos ao passado onde custos eram absorvidos pela empresa', diz especialista da Mackenzie. Presidente da estatal, no entanto, nega interferência

**Por Bruno Rosa — Rio**

A nova política de preços para gasolina e diesel, anunciada pela Petrobras nesta terça-feira, pode aumentar o risco de uma possível interferência do governo na decisão de reajustar os combustíveis, como já ocorreu no passado, causando perdas bilionárias para a estatal, de acordo com especialistas ouvidos pelo GLOBO.

Os especialistas dizem ainda que esse novo modelo de precificação, baseado nos custos domésticos, pode gerar um problema concorrência, ao afastar a concorrência do setor privado, que se baseia principalmente nas cotações internacionais do petróleo.

Segundo Marcelo de Assis, diretor de exploração e produção (Upstream) da consultoria Wood Mackenzie, há o risco de o Brasil voltar ao passado, quando os custos eram absorvidos pela empresa por determinação do governo federal, sobretudo na gestão de Dilma Rousseff do PT.

- Assumindo que a paridade foi abolida e que a Petrobras menciona que vai evitar repassar a volatilidade de preços, existe o risco de voltarmos ao passado onde custos eram absorvidos pela empresa e, no final, pelo contribuinte brasileiro - disse Assis.

O presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, negou que as mudanças levarão a uma maior interferência no governo.

Para os especialistas, o atual ambiente é favorável para redução de preços da Petrobras, já que o petróleo está no patamar de US\$ 75 por barril e o real, valorizado, abaixo dos R\$ 5. Segundo Assis, o governo está querendo incentivar o consumo de carros e ao mesmo tempo interferindo nos preços de mercado.

- Mas ainda seguimos num ambiente volátil com mudanças bruscas da cotação internacional e mudanças do câmbio podem pôr à prova essa nova política de preços. Infelizmente, sob certos aspectos, estamos num déjà vu de algo que aconteceu anos atrás. Da última vez não terminou bem. O problema é qual vai ser a sustentabilidade a médio e longo prazos.

Segundo Amance Boutin, especialista em combustíveis da Argus, empresa especializada na produção de relatórios e análises de preços para o mercado de combustíveis, há, sim, risco de interferência do governo:

- Na visão dos agentes do mercado, este risco existe sim, já que ao multiplicar os critérios e acrescentar fatores inerentes à operação da Petrobras na definição do preço, abre-se um espaço que justifique manter inalterado ou até reduzir o preço em um momento que as cotações internacionais sobem - diz ela.

A aplicação da nova política é imediata. Nesta quarta-feira, os preços de gasolina e diesel vão cair nas refinarias em 12,6% e 12,8%, respectivamente.

**Fonte: O Globo - RJ**

**Data: 16/05/2023**

## COM PROJETO DE ELEVADOR PANORÂMICO, GOVERNO DO MATO GROSSO TENTA REVERTER CONCESSÃO DA CHAPADA DOS GUIMARÃES

ParqueTur, que venceu a concessão com um projeto de conservação ambiental, teve contrato suspenso por uma liminar do Tribunal de Contas da União

**Por Mariana Barbosa**



### **Parque Nacional da Chapada dos Guimarães, no Mato Grosso Divulgação**

Quase cinco meses depois de vencer o leilão de concessão do Parque Nacional Chapada dos Guimarães, realizado no dia 23 de dezembro na B3, a ParqueTur ainda não sabe quando ou mesmo se vai efetivamente pegar as chaves do parque nacional — em mais um caso de insegurança jurídica envolvendo concessões realizadas no governo passado.

O leilão está suspenso desde 10 de abril por uma liminar do Tribunal de Contas da União, que acatou pedido do governador reeleito do Mato Grosso, Mauro Mendes (União Brasil). A Parque Tur já estava adjudicada — ou seja, já se tornara a concessionária



do parque — mas o processo foi suspenso antes da data marca para a assinatura, em 4 de maio. A previsão era receber as chaves em 5 de junho.

Por meio da MT Par, o governo estadual tentou disputar o leilão para assumir a gestão do parque, mas teve a proposta desclassificada por falta de documentos e garantias. Desde então ele vem tentando questionar o resultado, só obtendo sucesso, ainda que de forma não definitiva, junto ao TCU.

A liminar do TCU foi concedida pelo ministro relator Vital do Rêgo apesar de parecer contrário da área técnica do tribunal, que ainda precisa deliberar sobre o mérito da pauta. A expectativa é de que a pauta seja julgada pelo plenário do TCU até o final de junho.

Para estimular o turismo no Estado, o governo do Mato Grosso já anunciou planos de construir, com recursos públicos, uma passarela de vidro em uma área chamada Portão do Inferno e um elevador panorâmico na cachoeira Véu da Noiva, um projeto orçado em R\$ 200 milhões. O governo alega que a nova concessionária só vai investir “R\$ 18 milhões” e que vai passar a cobrar tarifa de R\$ 100.

— O governador distorce os fatos e quer transformar a Chapada em um parque de diversões — diz o CEO da Parque Tur, Pedro Cleto Carvalhaes. — Mas a portaria do parque, que o governo estadual prometeu para a Copa, até hoje não teve a obra concluída — completa o executivo.

Pelo contrato firmado com o ICMBio, autarquia federal responsável pelos parques nacionais, a ParqueTur terá de investir R\$ 220 milhões em 30 anos, sendo R\$ 18 milhões em obrigações nos primeiros 3 anos. O edital estabelece um teto de R\$ 30 de entrada para o primeiro ano e de até R\$ 35 no segundo, permitindo a cobrança de até R\$ 100 a partir do 5º ano de concessão. Moradores da região têm desconto de 75%. — R\$ 100 é o que está no edital para depois de cinco anos, mas em nenhum momento se pretende cobrar isso — diz Pedro.

A ParqueTur foi fundada há seis anos por dois grandes especialistas em conservação: Claudio Pádua, fundador do Ipê - Instituto de Pesquisas Ecológicas, uma das mais tradicionais organizações sociais de educação ambiental do país, e Plínio Ribeiro, fundador e CEO da Biofílica Ambipar, desenvolvedora de projetos de crédito de carbono. — A nossa visão é de conservação, de que a visitação de parques é uma ferramenta de educação ambiental — diz Pedro.

A ParqueTur tem sido uma das gestoras mais ativas nos leilões de concessões de direito de exploração de uso público de parques, que se intensificaram nos últimos quatro anos. No período, foram realizadas 20 concessões de parques nacionais, estaduais ou municipais. Antes, de 1999 a 2004, só 4 parques haviam sido concedidos, sendo Foz do Iguaçu o pioneiro.

A Parque Tur tem sob gestão a Chapada dos Veadeiros, em Goiás, o Parque Caminhos do Mar (antiga estrada velha de Santos) e o parque de Itatiaia, na rodovia Presidente Dutra. A empresa também venceu mas ainda não assumiu a gestão dos parques de Ibitipoca e Itacolomi, ambos em Minas Gerais.

Em seu pedido de suspensão do contrato, a MT Par apresentou ao TCU a documentação que faltava e que levou a sua desclassificação do leilão. Em sua manifestação no processo do TCU, o ICMBio afirmou que a decisão já adotada no leilão é “irrefutável” e que o procedimento da MT Par de adicionar novos documentos depois dos prazos do edital é irregular.

— A gente acredita que os ministros do TCU, com respaldo da área técnica, farão a coisa certa. O risco é de contaminar uma agenda positiva de um olhar privado para esses parques, para o desenvolvimento de um turismo sustentável. Com toda a beleza que a gente tem, só é preciso ordenar, cuidar do visitante, manter o banheiro em ordem --- diz Pedro.

O processo corre em regime de urgência no TCU e foi encaminhado para nova apreciação da área técnica no dia 10 de maio. Os técnicos do TCU têm 15 dias para apresentar a instrução técnica.

Depois, o ministro Vital do Rêgo terá mais 15 dias para se manifestar. Após esse prazo, o processo vai a sessão pública de julgamento.

Fonte: *O Globo - RJ*  
Data: 16/05/2023

## **PRESIDENTE DA PETROBRAS NEGA INTERVENÇÃO DO GOVERNO NA EMPRESA COM NOVA POLÍTICA DE PREÇOS**

Ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, diz que era hora de 'abrasileirar' os valores dos combustíveis e que medida cumpre compromisso social de Lula

Por *Renan Monteiro* — *Brasília*



**O presidente da Petrobras, Jean Paul Prates Guito Moreto**

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, e o presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, se encontraram na manhã desta terça-feira, em Brasília, após anúncio de mudança na política de preços para os combustíveis. Para o presidente da Petrobras, a nova política não representa intervenção do governo na empresa e a rentabilidade da companhia está assegurada.

A nova política de preços passa a considerar custos internos de produção da Petrobras e não apenas a cotação internacional e o câmbio, como previa a política de paridade internacional (PPI), criada no governo de Michel Temer. Também prevê preços diferenciados por cliente e por região.

Segundo Silveira, a medida cumpre promessa eleitoral do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e era hora de "abrasileirar" os preços. Ele define a nova estratégia como "política nacional de competitividade interna" e defende o papel da Petrobras como "indutora" do crescimento nacional, com uma visão social.

O objetivo, segundo ele, é buscar os melhores "preços competitivos" e internos, com resultado prático à população.

A aplicação da nova política é imediata. Amanhã, os preços de gasolina e diesel vão cair nas refinarias em 12,6% e 12,8%, respectivamente. Veja abaixo com vai ficar:

- Gasolina A (antes da mistura com etanol e antes de chegar na distribuição e revenda) terá queda de R\$ 0,40 por litro ou 12,6%;
- Diesel A (antes da mistura com o biodiesel) cairá R\$ 0,44 ou 12,8%;
- GLP (Gás Liquefeito de Petróleo) terá queda de R\$ 8,97 por botijão de 13 quilos, menos 21,3%.

— Estamos trabalhando para as empresas petroleiras terem uma referência interna. Era hora de "abrasileirar" os preços dos combustíveis. A Petrobras de forma alguma vai deixar de ser atrativo aos investidores. Nós estamos conseguindo avançar naquilo que o presidente Lula disse em campanha, olhando para a vida dos mais pobres — disse Silveira, em coletiva no ministério de Minas e Energia.

### **Botijão de gás abaixo de R\$ 100**

Segundo o presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, a diretoria executiva, que anunciou a nova política de preços, é a última instância de decisão. Ele salientou a queda de botijão de gás:

— Teremos redução de preços a partir de amanhã. Pela primeira vez, desde de outubro de 2021, nós teremos o botijão a gás abaixo dos R\$ 100, como preço médio esperado no mercado a R\$ 99,87 — disse Jean Paul.

Segundo Prates, a rentabilidade da empresa não será afetada pela medida. Ele nega que seja uma intervenção do governo federal na governança da companhia e diz a nova estratégia "recupera" a liberdade da empresas em "fazer preços":

— Não há intervenção. É uma vontade política que foi eleita. Os instrumentos de rentabilidade e competitivos estão integralmente garantidos. É um modelo que vai a Petrobras ter o melhor preço para o seu cliente, como qualquer outras empresas. É aproveitarmos os ativos brasileiros em favor dos brasileiros. Nós nos "alforriamos" de um único fator, que é a paridade internacional — disse Prates.



**O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira — Foto: Lula Marques**

Na visão do governo, é contraditória a "importação" de 100% dos preços, quando o país teria autossuficiência, com vasta produção interna de petróleo. Essa vantagem do Brasil, segundo o presidente da Petrobras, justificaria a desvinculação da paridade internacional.

Outro tema discutido na coletiva foi o impacto da redução de preços dos combustíveis no nível de preços ao consumidor. Para o ministro Alexandre Silveira, a queda nos preços dos itens voláteis como gasolina e diesel abrirá margem a uma menor pressão inflacionária e eventual redução dos juros por parte do Banco Central.

*Fonte: O Globo - RJ*  
*Data: 16/05/2023*

## O ESTADO DE S. PAULO

### O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

#### NOVA POLÍTICA DE PREÇOS VAI GERAR PREJUÍZO PARA A PETROBRAS, DIZ EX-PRESIDENTE DA ESTATAL

Para Roberto Castello Branco, medida anunciada pela empresa também deverá ter 'impacto negativo' na produção de etanol, afetar dividendos e criar 'ambiente ruim' no setor

*Por José Fucs*

O ex-presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, disse ao Estadão que a nova política de preços dos combustíveis anunciada pela empresa nesta terça-feira, 16, deverá gerar "prejuízo" e ter impacto negativo na produção de etanol, cujo preço é vinculado ao da gasolina, além de levar a uma redução dos dividendos pagos à União e aos acionistas privados e criar "um ambiente de negócios ruim" no setor.

Segundo Castello Branco, a nova política é "vaga", porque ao mesmo tempo em que deixa uma margem para a manutenção da paridade com os preços de importação (PPI), "para se defender das contestações do mercado", abre espaço para fixar os preços nas refinarias abaixo dos valores praticados no mercado externo, que é o que deve acontecer.





**Para Castello Branco, nova política de preços da Petrobras pode "secar" as importações de combustíveis pela iniciativa privada Foto: Flavio Emanuel/Agência Petrobrás**

“Quando a Petrobras fala que pode fixar os preços de acordo com o ‘custo marginal’, ela está dizendo que pode fazer isso pela paridade internacional. Mas quando diz que também pode fixá-los com base no ‘custo alternativo do cliente’ está deixando a porta aberta para praticar preços abaixo dos praticados lá fora”, afirma. “Se a Petrobras quiser se comportar

conforme a paridade, ela poderá, mas provavelmente não vai fazer isso, dado que existe uma forte oposição política do governo a essa política.”

De acordo com Castello Branco, a nova política de preços da Petrobras poderá “secar” as importações de combustíveis feitas pela iniciativa privada, levando a empresa realizar ela mesma a compra no mercado internacional, para evitar o desabastecimento interno, já que o País não é autossuficiente em gasolina e diesel, em razão de a capacidade de refino ser menor do que a produção de petróleo. “O importador não vai querer comprar lá fora pelo preço de mercado internacional e vender aqui por um preço mais baixo.”.

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP*

*Data: 16/05/2023*

## **ARCABOUÇO NÃO BLINDA BOLSA FAMÍLIA DE SANÇÕES, MAS GOVERNO PODE BUSCAR REAJUSTE; ENTENDA**

Na noite desta terça, relator da nova regra fiscal havia dito que programa estaria ‘excepcionalizado’ tal qual o salário mínimo; texto, porém, não garante aumento acima da inflação

*Por Mariana Carneiro*

BRASÍLIA – O relatório do novo arcabouço fiscal, do deputado Cláudio Cajado (PP-BA), não blindava o Bolsa Família das sanções (trava de gastos) caso a meta fiscal do governo não seja cumprida. Isso significa que a proposta não garante o reajuste real (acima da inflação) do programa.

Embora Cajado tenha afirmado na noite desta segunda-feira, 15, que o programa social seria “excepcionalizado”, o relatório não cria salvaguardas específicas ao programa social, como pediu o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

“O salário mínimo e o Bolsa Família eles são excepcionalizados. O Bolsa Família, por ser uma despesa obrigatória; o salário mínimo, porque a gente fez um acordo aqui para que pudéssemos excepcionalizar”, disse Cajado na noite de ontem ao sair de reunião com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e líderes partidários.



**Deputado Claudio Cajado (PP-BA), relator do arcabouço fiscal na Câmara. Nesta terça, relator da nova regra fiscal havia dito que programa estaria ‘excepcionalizado’ tal qual o salário mínimo. Foto: Lula Marques/ Agência Brasil**

Já em entrevista coletiva na manhã desta terça, 16, Cajado minimizou, afirmando que não teria dito “excepcionalizar”, mas sim “preservar”.

A única proteção expressa no texto do relator diz respeito ao reajuste real do salário mínimo, que será

objeto de lei específica, com a volta da política de valorização – e por isso, segundo Cajado, não será objeto da atual regra fiscal.

Cajado destacou que, por ser despesa obrigatória, os gastos com o Bolsa Família não podem ser sofrer contingenciamento (bloqueio preventivo de recursos), o que seria uma forma de preservação. Isso não garante, porém, reajuste real, pois não há um dispositivo no texto que blinda o programa dos gatilhos em caso de descumprimento da meta – sendo uma das travas a proibição de reajuste despesa obrigatória acima da variação da inflação.

No primeiro ano de descumprimento da meta, o crescimento das despesas obrigatórias, grupo no qual o Bolsa Família se insere, seria congelado.

### **Válvula de escape**

O relator alegou, porém, que há uma válvula de escape permite ao governo manejar essa trava – mas que tem um custo político. Caso Lula insista em reajustar o Bolsa Família acima da inflação, mesmo com as contas públicas fora da meta, poderá propor ao Congresso Nacional um projeto de lei complementar informando qual medida compensatória irá adotar para promover economia semelhante ao gasto produzido com o reajuste do benefício.

“(O Bolsa Família) Não está (blindado) na condição de exclusão, mas nós permitimos para qualquer despesa que ele (o governo) considere importante, fundamental, nós estamos dando uma possibilidade de não só o Bolsa Família, mas outras despesas obrigatórias, o governo elevar”, disse Cajado.

O ônus do governo, neste caso, é obter a aprovação da maioria absoluta dos deputados e senadores, uma vez que um projeto de lei complementar depende do aceite de 50% da Casa – no caso da Câmara, 257 deputados.

“Não vejo por que imaginar que o Bolsa Família seria contingenciado, já que se trata de despesa obrigatória com controle de fluxo. Mas é claro que a ausência de uma super blindagem como a do salário mínimo deixa o gasto mais sujeito a contenções ao longo do tempo e dificulta reajustes”, explica o economista-chefe da Warren Rena, Felipe Salto. Ele reforça que o reajuste real do mínimo está, sim, imune aos gatilhos da regra, pois “a lei de valorização real está salvaguardada explicitamente”.

“Cada um acha que pode ser melhor aqui ou ali”, disse Carlos Zarattini (PT-SP), sobre o Bolsa Família não ter sido blindado na regra. “O fato é que isso (o relatório) é a média possível aprovar hoje no Congresso.” Ele acrescentou que, mesmo no caso da trava ao reajuste de servidores, seriam necessários dois anos seguidos de descumprimento da meta fiscal./Colaborou Giordanna Neves

### **Gatilhos**

#### ***Em caso de descumprimento da meta no 1º ano, fica proibido:***

- Criar cargos que impliquem aumento de despesa
- Alterar estrutura de carreira
- Criar ou aumentar auxílios
- Criar despesa obrigatória
- Reajustar despesa obrigatória acima da variação da inflação
- Ampliar subsídios e subvenções
- Conceder ou ampliar benefício tributário

#### ***Em caso de descumprimento da meta no 2º ano, fica proibido:***

- Realizar reajuste de despesas com servidores
- Admissão ou contratação de pessoal, ressalvadas as posições de vacância



- Realizar de concursos públicos, exceto para reposições de vacância

Fonte: *O Estado de São Paulo - SP*

Data: 16/05/2023

## **ARCABOUÇO: RELATOR RETIRA PISO DA ENFERMAGEM E CAPITALIZAÇÃO DE ESTATAIS DAS EXCEÇÕES À REGRA**

Texto do deputado Cláudio Cajado limita bloqueio de recursos não obrigatórios

Por *Mariana Carneiro*

BRASÍLIA – O deputado Cláudio Cajado (PP-BA), relator do arcabouço fiscal na Câmara, retirou da lista de exceções da regra de controle de gastos as despesas da União com a ajuda a Estados e municípios no pagamento do piso de enfermeiros, técnicos de enfermagem e parteiras.

Também voltaram a ficar sujeitas à regra no relatório as despesas com capitalização de empresas estatais não financeiras, recursos do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica), o Fundo Constitucional do Distrito Federal e os recursos para Agência Nacional de Águas (ANA), que faziam parte das exceções no texto enviado ao Congresso pelo Ministério da Fazenda.

As medidas representam um aumento do rigor do arcabouço fiscal, como prometido pelo relator, que foi pressionado por deputados. Mas nem tudo é má notícia para a classe política.

Pela proposta de Cajado, o volume de recursos passíveis de contingenciamento (bloqueio) será limitado. O governo poderá contingenciar até o limite de 25% das despesas discricionárias (não obrigatórias), como investimentos e gastos com o funcionamento da máquina pública. O texto elaborado pela equipe econômica tornava os contingenciamentos opcionais.

O relator explicou que o acompanhamento das contas públicas e a elaboração de relatórios serão mantidos bimestralmente para monitorar despesas e receitas do governo e, caso necessário, os contingenciamentos voltarão a ser obrigatórios, embora limitados.

O texto afirma que 75% desses gastos são o “nível mínimo de despesas discricionárias necessárias ao funcionamento regular da administração pública”. Pelos cálculos do relator, o valor representaria hoje cerca de R\$ 50 bilhões, que poderiam ser congelados caso as projeções indicassem o não cumprimento da meta.

O número é um gesto para petistas, que viam no contingenciamento automático um risco de poda em investimentos federais e em políticas de interesse do governo, como o Minha Casa Minha Vida. O texto foi apresentado a líderes partidários na noite desta segunda, 15, com a presença do ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

### **Salário mínimo e gatilhos**

Atendendo a apelo de Luiz Inácio Lula da Silva, Cajado preservou o reajuste do salário mínimo acima da inflação da regra de contenção de despesas. Na avaliação de deputados, como a regra de reajuste do piso será tratada em legislação específica, a discussão foi adiada e não deverá ser tratada neste momento.

Os petistas perderam, no entanto, nas punições em caso de descumprimento da meta. Cajado prevê as sanções contidas no artigo 167-A da Constituição, incluídas na PEC Emergencial, de 2019, que elenca dez medidas de contenção de gastos, entre elas a proibição de contratação de servidores, a concessão de reajustes e benefícios fiscais e a criação de novas despesas.

Mas elas não deverão ser acionadas ao mesmo tempo. No texto, Cajado cria dois degraus. Em caso de descumprimento no primeiro ano, medidas como a concessão de incentivos fiscais, a criação e o reajuste de despesas obrigatórias serão vedadas.

Só no segundo ano de descumprimento é que concursos e reajustes a servidores serão acionados. A medida novamente é um sinal de paz para o PT, que se queixava de ferir a própria base de apoiadores ao endossar um texto que penalizasse o funcionalismo.

### ***Em caso de descumprimento da meta no 1º ano, fica proibido:***

- Criar cargos que impliquem aumento de despesa
- Alterar estrutura de carreira
- Criar ou aumentar auxílios
- Criar despesa obrigatória
- Reajustar despesa obrigatória acima da variação da inflação
- Ampliar subsídios e subvenções
- Conceder ou ampliar benefício tributário

### ***Em caso de descumprimento da meta no 2º ano, fica proibido:***

- Realizar reajuste de despesas com servidores
- Admissão ou contratação de pessoal, ressalvadas as posições de vacância
- Realizar de concursos públicos, exceto para reposições de vacância

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP*

*Data: 16/05/2023*

## **ARCABOUÇO FISCAL: QUAL É A AVALIAÇÃO DOS ESPECIALISTAS SOBRE AS MUDANÇAS FEITAS PELO RELATOR**

Relatório apresentado pelo deputado Cláudio Cajado reduziu o número de exceções à regra proposta pelo governo de 13 para 5; votação deve ser na próxima semana

***Por Luiz Guilherme Gerbelli***

O deputado Cláudio Cajado (PP-BA) apresentou nesta terça-feira, 16, o relatório do arcabouço fiscal. Algumas mudanças foram feitas no texto em relação à regra proposta pelo governo. A votação na Câmara dos Deputados deve ocorrer na próxima semana.

O relatório reduziu o número de exceções à regra proposta pelo governo de 13 para 5. E preservou o aumento real (acima da inflação) do salário mínimo mesmo se o governo descumprir a meta fiscal (saldo entre as receitas e as despesas, sem contar os juros da dívida).



### ***Veja abaixo a avaliação de quatro economistas sobre o relatório.***

***Manoel Pires*** - Coordenador do Observatório de Política Fiscal do Ibre/FGV

***Arcabouço fiscal mais duro, diz Manoel Pires*** Foto: Dida Sampaio/Estadão  
***Continua após a publicidade***

As principais alterações do relator deixam o arcabouço fiscal mais duro, mantendo sua essência. Uma boa prática de regras fiscais é ter a menor quantidade possível de exclusões para garantir uma maior supervisão sobre as variáveis que se deseja controlar.

As exclusões foram reduzidas voltando os seguintes itens para o limite de despesas: capitalização de estatais, piso da enfermagem, Fundeb e o Fundo Constitucional do DF, que terá sua vinculação alterada a partir de 2025. A cobertura da nova regra será maior do que a do teto de gastos.

O governo manteve a flexibilidade desejada para evitar a criminalização, caso descumpra as metas. Mas ganhou instrumentos adicionais, com a volta dos gatilhos de contenção nas despesas de pessoal e vedação para incentivos tributários. O salário mínimo e outras despesas sociais ficam preservadas. Se desejar evitar os gatilhos, o governo poderá apresentar medidas alternativas. Essa alteração dá proporcionalidade e flexibilidade ao ajuste fiscal.

O contingenciamento continua obrigatório, mas limitado para evitar o shut down da máquina pública. Se, por um lado, o contingenciamento dificulta o planejamento governamental, por outro, é um aperfeiçoamento em relação ao mecanismo atual. O avanço do novo arcabouço fiscal ajudará em um momento em que a macroeconomia, no curto prazo, se mostra mais favorável para o País, com menor inflação e mais crescimento. Todos são fatores que abrem espaço para redução da taxa de juros.



**Tiago Sbardelotto** - Economista da XP

***Mudanças trazidas pelo arcabouço ampliaram despesas no curto prazo, afirma Sbardelotto Foto: Divulgação/Acervo pessoal***

Algumas mudanças trazidas pelo arcabouço ampliaram despesas no curto prazo. É o caso estabelecimento a priori do crescimento real da despesa em 2,5% em 2024 (acima das nossas estimativas de 1,6%) e a mudança na forma de cálculo da inflação que ajusta o limite, que passa a ser pelo acumulado em 12 meses até junho do ano corrente, mas permite que diferenças positivas entre o realizado no final do ano e junho sejam utilizadas para aumentar gastos no ano seguinte. Isso

deve ajudar a ampliar o limite de despesas em mais de R\$ 40 bilhões no próximo ano, já que a inflação de junho deve ser menor que a de dezembro (3,9% ante 6,2%).

Por outro lado, algumas inovações são positivas, ainda que tenham efetividade limitada. É o caso da inclusão de algumas despesas dentro do teto, como o piso de enfermagem, a capitalização de empresas estatais e o FCDF (Fundo Constitucional do Distrito Federal), que passam a ser limitadas como as demais, e da redução do percentual de crescimento do limite de despesas em caso de descumprimento da meta fiscal, cujo impacto máximo pode chegar a pouco mais de R\$ 13 bilhões.

Outras mudanças reforçam a regra, mas dependem das escolhas dos gestores. O substitutivo institui gatilhos de ajuste automático se houver o descumprimento das metas ou se a despesa obrigatória atingir 95% da despesa total, mas permite certa discricionariedade ao gestor, que pode acioná-las em partes apenas, desde que indique que as demais medidas serão suficientes para o ajuste, e do contingenciamento, que volta a ser obrigatório, mas cujo percentual deve ser definido na LDO e está limitado a 25% das despesas discricionárias.

Em resumo, nossa avaliação é que houve alguns avanços na regra fiscal, mas que ainda não são suficientes para garantir a estabilização da dívida pública.

**Silvio Campos Neto** - Economista e Sócio da Tendências Consultoria



***Arcabouço ameniza preocupação com descontrole da dívida, mas não traz o rigor necessário que o momento impõe Foto: Nilton Fukuda/AE***

O substitutivo do projeto que trata do novo arcabouço fiscal traz ajustes relevantes em relação à proposta inicial encaminhada pelo governo, ainda que sem alterar a essência das análises realizadas ao longo das últimas semanas. Nesse sentido, apesar do predomínio de alterações positivas no texto, o substitutivo não é capaz de reduzir o ceticismo com o alcance das metas

previstas de resultado primário nos próximos anos, desfecho que permanece altamente dependente da obtenção de ganhos expressivos de receitas.

Adicionalmente, não muda a avaliação de que a relação dívida/PIB seguirá trajetória de alta nos próximos anos, com perspectiva de estabilização por volta de 2030.

Dentre as alterações positivas, destacam-se: 1) a inclusão do piso da enfermagem, Fundeb e capitalização de estatais nos limites de crescimento de despesas, sendo que na versão do governo estes lançamentos estavam fora do limite; 2) a retomada da obrigatoriedade do contingenciamento de despesas discricionárias, mediante o acompanhamento fiscal bimestral; 3) a inclusão de gatilhos adicionais para caso de descumprimento das metas, com vedações para determinados aumentos de despesas. Uma das vedações impede reajustes reais de despesas obrigatórias, mas esta não incidirá sobre o salário mínimo, que seguirá a fórmula que considera inflação mais crescimento do PIB.

Ainda em relação aos gatilhos, o próprio texto abre margem para o governo não colocá-los em prática, ao permitir que o presidente da República proponha a suspensão das vedações ao Congresso desde que aponte medidas corretivas.

Por outro lado, também houve mudanças que tornam a proposta original mais frouxa, especialmente do ponto de vista das despesas. Para o aumento real dos gastos em 2024, foi definido o teto do intervalo permitido na Lei Complementar, de 2,5%. Cabe destacar que tal expansão ocorre sobre a base bastante inflada de gastos em 2023, proporcionada pela aprovação da PEC da transição.

Além disso, foi permitido que a diferença entre a inflação acumulada em 12 meses até junho deste ano (que irá determinar a correção nominal das despesas em 2024) e a inflação efetiva de 2023 seja incorporada na base de cálculo para a despesa em 2025. Pelas nossas estimativas, tal diferença alcançará 1,7 p.p., abrindo margem adicional para gastos. Em relação ao contingenciamento, apesar da boa notícia com a volta da obrigatoriedade, os pisos previstos para investimentos e demais discricionárias tornará tal tarefa mais difícil.

Em suma, apesar de aprimoramentos, a avaliação inicial do novo arcabouço fiscal não foi alterada. A proposta atende ao objetivo de reduzir os temores de descontrole de despesas e da dívida nos próximos anos. No entanto, não traz o rigor necessário que o momento impõe e que permita a melhora de resultados sem uma grande dependência de fortes ganhos de receitas, algo imprevisível, de modo que o cenário mais provável segue de resultados primários fracos e aumento do endividamento.

Se as regras permitem um alívio ao governo na gestão dos gastos ao longo do mandato, impondo um esforço reduzido, empurram para o futuro uma inevitável correção na estrutura de despesas obrigatórias do País.



**Bráulio Borges** - Economista sênior da LCA Consultores e pesquisador associado do FGV IBRE

***Parte das mudanças vai na direção de um maior rigor fiscal, mas outras representam, na prática, um relaxamento, diz Borges*** Foto: Werther Santana/Estadão

O relator da proposta do novo arcabouço fiscal, Cláudio Cajado, revelou o texto com as mudanças propostas no PLP 93/2023 enviado pelo Executivo em abril. O substitutivo elaborado pelo relator introduziu uma série de mudanças no texto original,



algumas delas apontando na direção de um maior rigor fiscal, ao passo que outras representam, na prática, um relaxamento (que irá criar maiores dificuldades para o cumprimento das metas de resultado primário estabelecidas).

Dentre as medidas que podem ser contempladas no primeiro grupo (maior rigor fiscal), destaque para a introdução de um conjunto de novos gatilhos em caso de descumprimento das metas de resultado primário, assim como algumas sanções adicionais (para além da sanção reputacional que constava da proposta original). Ainda que o acionamento desses gatilhos não necessariamente assegure, isoladamente, uma recondução plena dos resultados primários efetivos em direção às metas estabelecidas, eles atuam de forma adequada, restringindo a possibilidade de aumentos de boa parte dos gastos obrigatórios nessas situações.

Também é importante mencionar a manutenção dos contingenciamentos mandatórios em bases bimestrais, assim como o fato de que os limites de despesas ano a ano passam a ser calculados a partir do limite do ano anterior (e não a partir da despesa efetiva).

No que toca às medidas que criaram maior flexibilidade, o grande destaque foi a determinação de que o gasto real em 2024 irá subir 2,5%, no teto do intervalo definido pela regra fiscal (entre 0,6% e 2,5%), valor bem acima daquele estimado por mim (+0,9%) caso fosse aplicada a mesma regra que irá valer para as despesas em 2025-27.

Na prática, isso demandará pouco mais de R\$ 30 bilhões a mais de receitas em 2024 para a consecução da meta central de resultado primário em relação ao cenário traçado a partir da proposta original enviada pelo Executivo (a qual já exigia cerca de R\$ 150 bilhões de aumento da arrecadação líquida federal para cumprir as metas de 2023 a 2026). Essa maior dificuldade gerada por essa mudança poderá reforçar a visão de que a verdadeira meta de resultado primário perseguida pelo governo federal é o piso do intervalo anunciado e não o centro. E o piso do intervalo em 2026 é de um superávit de 0,75% do PIB, aquém da faixa de +1,0% a +1,5% do PIB de primário necessário para estabilizar a razão entre a dívida pública e o PIB.

Embora venhamos observando, nas últimas semanas, uma descompressão importante das taxas de juros longas cobradas nos títulos públicos brasileiros e na taxa de câmbio nominal – indício de que os participantes do mercado financeiro parecem estar melhorando sua avaliação sobre as perspectivas para a economia brasileira –, o fato é que o ceticismo quanto à entrega das metas de resultado primário pelo governo atual segue bastante elevado, com as expectativas de consenso do Focus/BCB apontando déficits primários até 2026 (contrastando com a sinalização de metas de déficit zerado em 2024 e superávits crescentes de 2025 em diante).

Boa parte dos analistas deverá manter essa postura de “ver para crer”, seja porque o atual substitutivo torna o cumprimento das metas centrais ainda mais desafiador, seja porque há elevada incerteza/discordância sobre o montante de receitas que as medidas já anunciadas pelo governo irão levantar.

Nesse contexto, sem contar com o chamado “benefício da dúvida” (melhoria imediata dos indicadores financeiros e da confiança dos agentes econômicos, antecipando um quadro fiscal melhor nos próximos anos), a estratégia de consolidação fiscal proposta pelo governo atual poderá ter um custo econômico maior, em termos de impacto sobre o PIB, com reflexos sobre a dinâmica da relação entre a dívida pública e o PIB.

É verdade que alguns cuidados foram tomados, observando a literatura mais atualizada sobre os determinantes do grau de sucesso das consolidações fiscais (medido pelos resultados efetivos da evolução da dívida/PIB): i) o investimento público está sendo preservado; e ii) as medidas pelo lado da receita envolvem principalmente a busca por novas bases de incidência e/ou a ampliação de bases já existentes (ao invés de aumento das alíquotas).

Não obstante, seria desejável um ajuste fiscal algo mais intenso e rápido (o atual centro das metas deveria se tornar o piso) e com uma composição menos desequilibrada entre aumentos de receitas e

contenção de despesas (o ajuste atual é quase todo amparado no aumento de receitas, com a regra de despesas, dada a parametrização sugerida, servindo apenas para criar uma maior previsibilidade para os gastos do governo federal).

Um programa mais agressivo de avaliação periódica de gastos (spending reviews) poderia não somente melhorar a qualidade do gasto público brasileiro (algo que poderia até mesmo aumentar o grau de conformidade tributária), como também gerar alguma economia fiscal, reforçando a consolidação fiscal.

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP*

*Data: 16/05/2023*

### **HADDAD: 'GOVERNO TEM DESAFIO DE APROVAR ARCABOUÇO COM AMPLA MARGEM DE VOTAÇÃO'**

Aprovação com folga daria 'consistência ao regime fiscal do País', segundo ministro; projeto precisa de, no mínimo, 257 votos na Câmara e 41 no Senado

*Por Fernanda Trisotto e Antonio Temóteo*

BRASÍLIA - Após intensas negociações para a finalização do parecer do arcabouço fiscal, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que o governo tem o desafio de aprovar o projeto com larga margem de votação, frisando ser preciso maioria qualificada (257 deputados e 41 senadores).

"Temos o desafio de aprovar o arcabouço com larga margem de votação para dar consistência ao regime fiscal do País", disse nesta terça-feira, 16, quando se dirigia para uma reunião no Palácio do Planalto.

Haddad disse estar satisfeito com o texto e ponderou que os deputados estão buscando soluções para ser uma lei com durabilidade e resiliência, fruto de um projeto de Estado e não de governo, e garantir mais apoio ao texto, inclusive da oposição.



***Para Haddad, aprovação do arcabouço com larga margem de votação daria consistência ao regime fiscal do País*** Foto: Ueslei Marcelino/Reuters

"É no bojo de uma negociação. Todo mundo sai de um acordo tendo de ceder em alguma coisa", disse.

O ministro disse saber que as modificações viriam, pois o relator, deputado Claudio Cajado (PP-BA), teria de equilibrar as muitas forças do Congresso. "Pelo que ouvi dos líderes, penso que a gente sai de uma camisa de força grande e coloca o País em outro patamar,

mais flexível", afirmou.

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP*

*Data: 16/05/2023*

### **'TRANSPARÊNCIA NO PREÇO DOS COMBUSTÍVEIS DA PETROBRAS ACABOU', DIZEM ESPECIALISTAS**

CBIE e Abicom afirmam que nova estratégia da estatal tira a previsibilidade do mercado; antes se petróleo e o câmbio subissem, a tendência era de que a Petrobras ia elevar os preços

*Por Denise Luna*

Apesar de ainda não estar clara, a nova estratégia de preços da Petrobras deixou o mercado com a sensação de que a "transparência acabou". Essa é a opinião do sócio-diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (Cbie), Pedro Rodrigues, e do presidente da Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom), Sérgio Araújo.



Para Rodrigues, falta entender como a Petrobras vai operacionalizar a mudança. “Com o PPI você tinha previsibilidade e a tendência do que acontecia. Essa previsibilidade acabou”, disse ele, sobre o fim da política de preços de importação (PPI) anunciada hoje pela Petrobras. Em fato relevante ao mercado, a empresa informou que os preços nas suas refinarias não serão mais balizados com os preços de importação, como faz desde 2016.

Ele explica que no comunicado a Petrobras não detalhou como vai proceder daqui para frente, mas fala em custo de oportunidade, o que ele considera muito vago. “Você tinha o PPI, que não era uma coisa cravada, era uma tendência. Então você sabia que se o petróleo e o câmbio subissem, você tinha uma tendência que a Petrobras ia elevar os preços”, ressaltou.

Para ele, as variáveis colocadas no fato relevante, como o custo alternativo do cliente e o valor marginal para a Petrobras são difíceis de serem conhecidas pelo mercado de forma geral, tanto para analistas, distribuidores, importadores e consumidores.

“O Brasil é um País que não tem um passado muito bom quando se fala em menos transparência de preços. Será que a Petrobras vai deixar dinheiro na mesa? Se eu estou com dificuldade de entender essa conta, imagina o acionista da Petrobras”, questiona Rodrigues, avaliando que provavelmente o papel da empresa vai sentir o impacto da notícia.



**Representantes do setor criticam nova política de preços de combustíveis da Petrobras Foto: Daniel Teixeira/Estadão**

Ao contrário, os papéis preferenciais da companhia chegaram a subir mais de 3% na B3 na manhã de hoje, depois de terem fechado ontem em queda, após rumores de que a empresa iria divulgar a mudança na sua estratégia de preços.

Desde que assumiu a presidência da Petrobras, Jean Paul Prates tem deixado claro que manteria a relação de preços com o mercado internacional, mas acabaria com o PPI, política implantada em 2016 no governo de Michel Temer.

Rodrigues observa que ainda falta conhecer detalhes da nova fórmula da companhia, mas que em um primeiro momento a mudança “cheira mal”. Ele diz que os pequenos e grandes importadores terão problemas para realizar seus negócios, já que o preço da empresa predominante (Petrobras) não será conhecido.

“Pior para o importador, como vai entrar com produto em região tal se a Petrobras decidir abaixar o preço? O que ele faz com o produto? Raízen e Vibra já estão preocupadas, todo mundo que importa está preocupado porque ninguém consegue entender a política nova”, afirmou.

Outro problema gerado com o fim do PPI, segundo Rodrigues, se refere à única refinaria privada do País, a Refinaria de Mataripe, na Bahia, que poderá ter de tomar a decisão de exportar toda a sua produção - 14% do refino do País -, o que junto com a retração das importações pode trazer desabastecimento.

“Nas últimas quatro semanas a gasolina da Acelen estava mais barata do que a Petrobras. Ela deve esperar a operacionalização para entender, mas há risco de exportar o produto dela”, avaliou.

O presidente da Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom), Sérgio Araújo, disse que a nova estratégia de preços da Petrobras ainda não está clara, mas que o que ficou de concreto para o mercado é que a “transparência acabou”, afirmou ao Estadão/Broadcast.



“Eu li até duas vezes o fato relevante e, para mim, não está muito claro não, tem coisas muito subjetivas: como vai ponderar a melhor alternativa do cliente na formação de preço, a margem por refinaria, o preço do produto alternativo. Na minha visão, o que tem de concreto é que a transparência acabou”, avaliou.

Para ele, os importadores perderam a referência que a política de paridade de importação trazia para o mercado, mas considerou o anúncio da empresa ainda vago, e disse que vai aguardar mais detalhes.

“Até agora o que entendi é que o agente dominante (Petrobras), que ainda tem uma parcela muito grande do mercado, está declarando que não tem mais transparência”, destacou Araújo, acrescentando que a Abicom vai continuar publicando a defasagem dos preços internos em relação ao mercado internacional.

Nesta terça-feira, a Abicom indicou que o preço da gasolina no fechamento de ontem, antes do reajuste da Petrobras hoje, estava 15% mais caro nas refinarias da Petrobras do que no mercado internacional, enquanto o diesel registra preço 9% maior nessa mesma comparação.

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP*  
*Data: 16/05/2023*

## **GESTÃO PETISTA MUDA POLÍTICA DE TEMER QUE COLOCOU A PETROBRAS DE VOLTA AOS TRILHOS; LEIA ANÁLISE**

Jogada no centro das falcaturas investigadas na Lava Jato, estatal acumulou R\$ 56,4 bilhões de prejuízo no final do governo Dilma

*Por Alexandre Calais*

Quando o ex-presidente Michel Temer assumiu o governo, com o impeachment de Dilma Rousseff, consertar a Petrobras era um dos principais desafios. Jogada no centro das falcaturas investigadas na Operação Lava Jato, a empresa vinha de dois gigantescos prejuízos: R\$ 21,6 bilhões em 2014 e R\$ 34,8 bilhões em 2015.

No governo Temer, a presidência da empresa foi entregue a Pedro Parente, com larga experiência tanto no poder público (foi ministro do Planejamento, da Casa Civil e de Minas e Energia no governo Fernando Henrique Cardoso) quanto no setor privado (foi presidente da Bunge Brasil). Na gestão de Parente foi gestada a política de reajuste dos preços dos combustíveis da estatal, batizada de Preço de Paridade de Importação (PPI).

Basicamente, essa política, implantada em julho de 2017, previa o estabelecimento dos preços baseado no mercado internacional - incluindo, além da própria cotação do petróleo, custos como frete, custos internos de transportes e taxas portuárias -, mais uma margem para cobrir riscos operacionais, entre os quais a volatilidade da taxa de câmbio e margem de lucro. As variações de preços poderiam ser, com isso, até diárias.

Em junho de 2018, porém, essa política levou um golpe com a greve dos caminhoneiros que paralisou todo o País. Acuado, o governo acabou flexibilizando um pouco os reajustes, que passaram a ser quinzenais.

De qualquer forma, essa política mais previsível de reajustes, após períodos de forte manipulação dos preços principalmente durante o governo de Dilma Rousseff - em 2014, ano eleitoral, com a inflação estourando, a presidente determinou que a estatal não fizesse nenhum reajuste, para não atrapalhar a eleição -, fez bem à empresa.

Em 2017, a estatal ainda registrou prejuízo, de R\$ 446 milhões. Em 2018, o lucro já foi de R\$ 25,8 bilhões, e desde então a empresa não fechou mais o balanço no vermelho.

Além disso, com mais transparência e previsibilidade sobre a política de preços, ficou mais fácil para outras empresas participarem desse mercado, principalmente via importações, o que efetivamente aconteceu.

### Questionamentos

A política da Petrobras já vinha sendo questionada pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, quando os altos preços dos combustíveis, por conta principalmente da disparada do petróleo com a guerra na Ucrânia, começaram a lhe custar popularidade. Não à toa, Bolsonaro mudou a direção da estatal várias vezes.

Na nova gestão Lula, mudar essa política passou a ser questão de honra. Há tempos o presidente fala em “abrasileirar” os preços, ou seja, atrelá-los não só às cotações internacionais, mas também a fatores domésticos.

Na divulgação da nova política de preços, feita na manhã desta terça-feira, 16, por meio de fato relevante enviado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), não fica claro como isso vai funcionar. Mas fica sempre o temor de que a gestão petista, de novo, leve em conta questões político-ideológicas na hora de definir os preços, e que a empresa volte a passar pelas turbulências que a levaram aos prejuízos gigantescos da era Lava Jato.

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP*

*Data: 16/05/2023*

## MERCADANTE: VENEZUELA PEDE RENEGOCIAÇÃO PARA PAGAR O BRASIL COM PETRÓLEO E ENERGIA ELÉTRICA

Presidente do BNDES afirmou que governo de Caracas quer quitar o que deve ao Brasil  
Por Francisco Carlos de Assis e Bruna Emy Camargo

A Venezuela cresceu 6% no ano passado e já teria pedido uma mesa de discussão e renegociação de suas dívidas com o Brasil, disse o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Aloizio Mercadante, durante entrevista ao Roda Viva, da TV Cultura. Mercadante disse que o governo de Caracas quer quitar o que deve ao Brasil, voltando a fornecer energia elétrica para Roraima e petróleo para o País.

O presidente do BNDES falou sobre a Venezuela ao ser questionado sobre os atrasos nos pagamentos de suas dívidas com o Brasil e se os financiamentos não teriam sido motivados por fatores ideológicos.

De acordo com Mercadante, não houve nada de ideológico porque o Brasil tinha um superávit de US\$ 38 bilhões com a Venezuela e seu governo quis ter alguma compensação. Ocorre que o preço do petróleo despencou no mercado mundial à época e o país passou a enfrentar o embargo econômico dos Estados Unidos, o que o impossibilitou de manter em dia suas dívidas.



**Aloizio Mercadante, presidente do BNDES. Foto: Tingshu Wang/AFP**

Mercadante também disse que o Brasil não vive no meio da Europa, que os vizinhos que o País tem são estes e não deve virar as costas para Argentina, Bolívia, Paraguai, Uruguai e Venezuela e olhar só para Estados Unidos e Europa.

“Não vamos conseguir resolver os problemas da Argentina sozinhos. Por isso o Haddad foi procurar o FMI”, disse o presidente do BNDES, para quem uma maxidesvalorização na Argentina hoje não seria boa para o Brasil.

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP*

*Data: 16/05/2023*



Informação que vira dinheiro.

## **VALOR ECONÔMICO (SP)**

### **À ESPERA DE RESPOSTA SOBRE GALEÃO, MINISTRO ADIA REUNIÃO**

Concessionária pede prazo até o fim do mês para responder se pretende continuar no controle do aeroporto

*Por Paula Martini — Do Rio*

O pedido da RioGaleão, controlada pela cingapuriana Changi, de estender o prazo para responder se permanece ou não com a concessão do aeroporto internacional do Rio levou ao cancelamento de uma reunião do ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França, com o governador do Rio, Cláudio Castro, e o prefeito da capital fluminense, Eduardo Paes. O encontro estava previsto para esta terça-feira (16) e será marcado em data a ser definida, informou o ministério.

O adiamento posterga o anúncio de medidas para solucionar a crise do Galeão, que tem perdido passageiros enquanto o Santos Dumont, no centro do Rio, opera acima da capacidade. Segundo nota divulgada pela pasta, o adiamento foi necessário devido à solicitação da Changi de estender até o dia 31 deste mês a data-limite para se posicionar sobre a permanência na administração do aeroporto. A RioGaleão foi procurada, mas não se pronunciou sobre o assunto até a conclusão desta edição.

Em 27 de abril, França recebeu representantes da RioGaleão para discutir o interesse ou não da empresa permanecer na concessão. Na ocasião, os executivos se comprometeram a apresentar uma resposta em dez dias. Na semana passada, pediram para estender o prazo até 31 de maio.

Procurados pelo Valor, Cláudio Castro e Eduardo Paes afirmaram que concordam com o adiamento e que é necessário aguardar a resposta da concessionária para marcar nova reunião com o ministro.

“Entendemos que o adiamento da reunião é necessário, pois precisamos aguardar a resposta da Changi e saber se a empresa continuará ou não operando o aeroporto internacional Tom Jobim, o Galeão. É uma concessão federal e temos que respeitar todos os trâmites e tratativas da empresa com o Ministério de Portos e Aeroportos. A partir disso, poderemos avançar com todas as sugestões feitas pelo governo do Estado para o fortalecimento do Galeão, o que é uma prioridade absoluta da nossa gestão”, afirmou Cláudio Castro.

A reunião desta terça havia sido marcada após um primeiro encontro de Castro e Paes com França em Brasília, dia 25 de abril, quando o governo local formalizou o pedido para limitar as rotas que saem do Santos Dumont com o objetivo de incrementar a malha do Galeão. O principal pleito é a transferência de voos para o aeroporto internacional, com exceção apenas de Rio-São Paulo e Rio-Brasília, que permaneceriam no Santos Dumont.

O governo federal sinalizou com as propostas de transferir centro de distribuição dos Correios para o Galeão e condicionar a aplicação de alíquota reduzida de ICMS no Santos Dumont à ampliação de operações no aeroporto internacional. Para especialistas e políticos, as medidas são um paliativo e a redução ou privatização do Santos Dumont são as soluções mais eficazes a longo prazo.

Em outra frente, o governo federal pediu que o Tribunal de Contas da União (TCU) se manifestasse sobre a legalidade de se desfazer um processo de relicitação e manter a concessionária atual na operação. A análise se aplica ao aeroporto carioca e a outras concessionárias que já se manifestaram pela devolução do ativo, como Viracopos.



Juristas dizem que as tratativas podem esbarrar na Lei de Relicitação, que determina que o processo é “irrevogável” e “irretratável”. O governo, por sua vez, entende que há margem para negociação se a decisão partir da União e houver acordo com o concessionário.

Com a consulta ao TCU, o governo busca segurança jurídica para manter os contratos atuais caso as empresas formalizem interesse em permanecer. O Valor apurou que o parecer da corte pode sair em duas semanas.

*Fonte: Valor Econômico - SP*

*Data: 16/05/2023*

### MERCADO CRITICA INDEFINIÇÃO SOBRE POLÍTICA DE PREÇO

Comunicado divulgado pela Petrobras no domingo não clareou dúvidas sobre nova política para combustíveis e ação da empresa amarga perda na bolsa

*Por Fábio Couto e Kariny Leal — Do Rio*

O comunicado divulgado pela Petrobras no domingo à noite sobre a mudança nas diretrizes para precificação de derivados não foi suficiente para acalmar o mercado. Muito pelo contrário. As incertezas sobre a nova política de preços derrubaram a cotação das ações da companhia em um dia em que o Ibovespa e o petróleo avançaram.

Analistas consultados pelo Valor argumentam que não há clareza sobre qual será o caminho a ser adotado pela diretoria executiva da estatal, que se debruçará esta semana sobre a fórmula de cálculo que vai balizar o preço nas refinarias. Embora seja desconhecida, a alternativa ao atual preço de paridade de importação (PPI), que vem sendo chamada pela companhia de “estratégia comercial”, já teve alguns sinais enviados pela administração na semana passada.

O presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, afirmou na semana passada ao jornal “O Globo” que a empresa não vai “desgarrar” do mercado internacional, mas que haverá a adoção de preços distintos de combustíveis de acordo com cada região e cliente.

Também na sexta, na entrevista coletiva sobre os resultados do primeiro trimestre, Prates disse que não é necessário voltar ao tempo em que se concedia um reajuste por ano - o que ocorria entre 2006 e 2007 - ao mesmo tempo que não é preciso ter “118 reajustes” em um só ano, como em 2017. No domingo, a companhia confirmou em comunicado ao mercado que está discutindo internamente alterações na política de preços.

Os sinais emitidos não foram suficientes para tranquilizar investidores e agentes do mercado. Ontem, as ações preferenciais da petroleira recuaram 2,25%, enquanto as ordinárias caíram 1,99%, em sentido contrário à alta de 0,52% do Ibovespa e ao avanço de 1,43% do petróleo do tipo Brent.

Na sexta, Prates brincou com os jornalistas que não daria “spoiler” sobre a política, mas disse que a nova composição de preços seria baseada na “estabilidade versus volatilidade”.

Para uma fonte que acompanha o mercado de combustíveis, que pediu anonimato dada a sensibilidade do tema, a Petrobras não deve abandonar 100% a referência internacional por causa dos acionistas minoritários, especialmente diante do fato de que a companhia possui ações listadas na Bolsa de Nova York.

Eventuais prejuízos com a nova política de preços podem levar a petroleira a responder a processos na Justiça americana. Para essa fonte, um caminho que a empresa poderia estar estudando no momento é retirar parte dos custos logísticos da conta do PPI, como frete marítimo e despesas portuárias, o que poderia reduzir os preços dos combustíveis nas refinarias entre R\$ 0,25 e R\$ 0,40 por litro.

O sócio da Leggio Consultoria, Marcus D’Elia, destacou que a Petrobras já não pratica o PPI “puro” em todos os seus polos de venda. Em algumas regiões, o preço fica acima da paridade de



importação e em outras, abaixo da referência internacional. Ou seja, o PPI vem sendo utilizado como uma referência e a empresa já regionaliza os preços internos.

A Ativa Investimentos defende que as mudanças deverão ser negativas, uma vez que a precificação de derivados “sairá de um dispositivo mais alinhado à dinâmica de mercado para um onde haverá maior discricionariedade por parte da companhia”. Segundo relatório da corretora, ainda é necessário aguardar a formalização por parte da estatal para que se avalie melhor o futuro da gestão de Prates.

Para o BTG Pactual, o comunicado da Petrobras indica que a estatal deve tentar aumentar sua fatia de mercado sem criar algum tipo de subsídio. “A menos que a Petrobras opte por praticar preços abaixo dos internacionais e assumir uma parcela significativa das importações necessárias do país (improvável neste momento), o impacto nos balanços será mínimo”, disseram os analistas em relatório.

O banco acredita que a Petrobras continuará usando o PPI, ainda que evite chamar dessa forma, a menos que isso eleve a concorrência em determinadas regiões.

O Goldman Sachs pontua que as incertezas sobre a estatal devem ser amenizadas pelo anúncio da política de preços, trazendo mais clareza sobre a companhia nos próximos meses, juntamente com novidades sobre o plano estratégico e a política de dividendos.

O sócio e diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura, Pedro Rodrigues, disse que a possibilidade de a estatal ajustar as condições de pagamento a depender do cliente, como citado por Prates, é algo comum em outras indústrias, como a de bebidas. “O mercado de refino é um varejo, é igual cerveja ou água mineral. Pode variar a condição de pagamento ou dar crédito, só não pode variar o preço”, diz. “O receio é que tipo de política vai ser essa, se menos brusca ou mais agressiva.”

*Fonte: Valor Econômico - SP*

*Data: 16/05/2023*

## **NADA MUDOU EM RELAÇÃO À CONVICÇÃO INICIAL DE INVESTIR NA VALE, DIZ PRESIDENTE DA COSAN**

Executivo destaca que a decisão do grupo, neste momento, é a de não exercer o direito de compra de fatia adicional de 1,6% da mineradora, para não pressionar a dívida e porque a Cosan está confortável com a posição de 4,9%

*Por Stella Fontes, Valor — São Paulo*

A Cosan permanece otimista com o investimento realizado na Vale no ano passado e uma primeira etapa importante, de participar da formação do novo conselho da mineradora, já foi cumprida, disse nesta terça-feira (16) o presidente da holding, Luis Henrique Guimarães.

“Nada mudou em relação à convicção de nossos investimentos na Vale”, afirmou, em teleconferência com analistas para comentar os resultados do primeiro trimestre.

Segundo Guimarães, a decisão do grupo, neste momento, é a de não exercer o direito de compra de fatia adicional de 1,6% da mineradora, para não pressionar a dívida e porque a Cosan está confortável com a posição de acionista detentora de 4,9%.

No primeiro trimestre, a Cosan recebeu R\$ 402 milhões em dividendos da mineradora, com impacto positivo no resultado operacional (Ebitda). Desse total, R\$ 215 milhões foram repassados aos bancos que estruturaram as operações financeiras que viabilizaram a aquisição. Com a marcação a mercado da posição acionária na Vale e dos derivativos associados à operação, contudo, a posição teve impacto negativo de cerca de R\$ 207 milhões no resultado líquido da holding.

Conforme Guimarães, a ambição do grupo era participar da governança da mineradora, o que se concretizou com a eleição da chapa ao conselho em que aparecia como indicado.

“O processo foi conduzido de maneira clara e sem maiores questões na assembleia, que acabou elegendo um conjunto de conselheiros muito sólido e com conhecimentos diversos”, disse.

A partir de agora, o foco está em verificar se as teses de destravamento de valor na mineradora vão se confirmar, disse.

“É um modelo diferente do que usamos no passado, que sempre foi de controle ou cocontrole [das empresas investidas], mas dado o tamanho da companhia tivemos de escolher um caminho de trabalho em conjunto e alinhamento de objetivos com outros acionistas. Temos de ver se esse modelo vai funcionar”, acrescentou.



**Presidente da holding Cosan, Luis Henrique Guimarães**  
— Foto: Ana Paula Paiva/Valor

### **Desinvestimentos**

A Cosan manterá uma postura de ativa de gestão de seus investimentos, avaliando a venda de fatia ou da totalidade de suas participação em controladas, bem como de ativos dessas empresas que não façam mais tanto sentido estratégico para o negócio, indicou Guimarães.

No caso da Compass e da Moove, empresas de gás e energia e de lubrificantes do grupo, a posição é a de deixar as empresas “sempre prontas” para a chegada de novos sócios, seja via mercado tradicional, com uma oferta inicial de ações (IPO), seja através de uma operação privada.

“Dada a qualidade desses ativos, estamos confiantes de que no momento certo vamos estar preparados”, afirmou o executivo.

Dentro das companhias, afirmou Guimarães, a discussão mais relevante diz respeito à monetização de ativos que teriam mais valor para terceiros, contribuindo para melhorar a estrutura de capital do grupo ou fazer frente a novos investimentos.

“Vamos gerar recursos adicionais através de desinvestimentos, seja atraindo sócios nas empresas debaixo [do guarda-chuva da holding] ou vendendo ativos de maneira total ou parcial, da mesma forma que já fez”, comentou.

Na Commit, joint venture entre Compass e Mitsui que assumiu as distribuidoras de gás canalizado que pertenciam à Gaspetro, a meta é vender o quanto antes as cinco distribuidoras do Nordeste. Há condições precedentes, como a cisão dos ativos, que não dependem somente da Cosan, mas a ideia é concluir esse desinvestimento ainda em 2023, conforme o presidente do grupo.

### **Reajuste da Petrobras**

A primeira leitura do comunicado da Petrobras sobre a nova política de preços para gasolina e diesel indica que a estatal “está indo no caminho certo”, com orientação ao mercado, na avaliação de Guimarães. A Cosan controla, ao lado da Shell, a Raízen, umas das maiores distribuidoras de combustíveis no país e é o principal produtor de etanol.

“Na nossa leitura, o que a Petrobras vai fazer é competir com a melhora oferta de cada pacote. É a maneira correta de olhar o assunto”, afirmou, em teleconferência com analistas para comentar os resultados da Cosan no primeiro trimestre.

Em relação a uma política de preços para o gás natural, o executivo lembrou que o novo titular do Ministério de Minas e Energia (MME), Alexandre Silveira, entende a relevância de ampliar esse mercado no país. O desafio será transformar esse potencial em uma política de preços que atraia mais investimentos para o setor, ponderou.

“No nosso ponto de vista, tem de ter orientação ao mercado, senão não vai estimular investimentos”, afirmou, acrescentando que a construção de infraestrutura para distribuição e transporte do insumo também é essencial.

Na avaliação do executivo, ainda é cedo para dar alguma opinião sobre o novo arcabouço fiscal, que foi detalhado ontem à noite, mas é melhor “ter qualquer tipo de bússola do que ficar no vazio”. “É uma evolução positiva”, comentou.

Uma das principais preocupações em relação ao novo governo, indicou Guimarães, reside na segurança jurídica. “Reabrir questões do passado, sobretudo tributárias, vai gerar insegurança”, disse.

Em decisão recente, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) excluiu benefícios fiscais do ICMS na base de cálculo do IRPJ e CSLL, o que afeta duas controladas do grupo, Compass (Comgás) e Moove. Por causa da decisão, a Cosan reconheceu uma provisão de R\$ 1,5 bilhão no primeiro trimestre, com contribuição decisiva para o em prejuízo líquido de R\$ 904 milhões registrado no intervalo.

De acordo com o vice-presidente financeiro e diretor de relações com investidores da holding, Ricardo Lewin, ainda não há efeito caixa neste momento. “Não há perda, mas sim deixa de existir um crédito adicional que a gente tomava. Considerando Compass e Moove, o impacto seria de R\$ 200 milhões por ano em cada empresa, e menor na Cosan”, comentou.

O executivo ponderou que o acórdão do STJ ainda não é conhecido, o que dificulta a análise do teor da decisão. A Cosan, acrescentou, seguirá defendendo a tese de que a subvenção é válida.

**Fonte: Valor Econômico - SP**

**Data: 16/05/2023**

## NOVAS REGRAS PARA RENOVAÇÃO DE FERROVIAS SAEM ATÉ O FIM DO MÊS

Governo afirma que objetivo é elevar produtividade e qualidade do serviço, além de ampliar a competição com novos operadores

**Por Rafael Bitencourt — De Brasília**



**George Santoro (à esq.) e Leonardo Ribeiro: boa parte das novas normas será lançada ainda no primeiro semestre — Foto: Vosmar Rosa/Ministério dos Transportes**

A revisão dos parâmetros de renovação das concessões de ferrovias, conduzida pelo Ministério dos Transportes, será concluída na próxima semana. A nova percepção sobre como deve ser usado esse mecanismo será aplicada aos quatro pedidos das concessionárias Ferrovia Centro-Atlântica (FCA), Rumo Malha Sul, Transnordestina Logística e Ferrovia Tereza Cristina (FTC). Em seguida, a discussão será com concessionárias que assinaram a renovação no governo Jair

Bolsonaro.

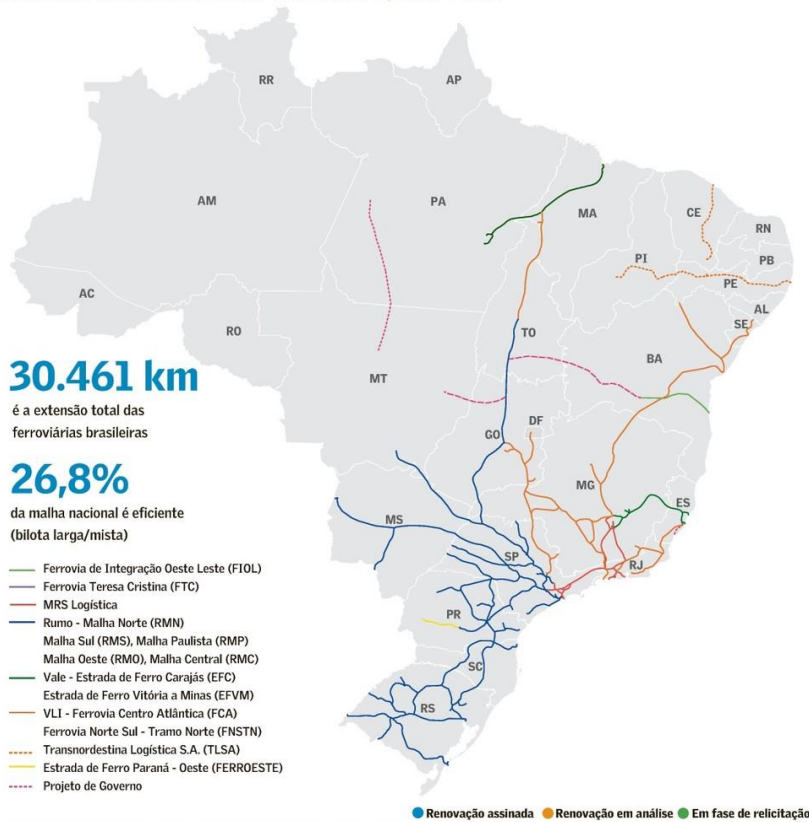
No dia 25 de maio, serão concluídos os relatórios do grupo de trabalho criado pelo ministério para tratar do tema. Os pontos críticos levantados consideram pareceres do Ministério da Fazenda que foram ignorados, em 2018, quando o governo analisava os primeiros pedidos de renovação de contratos no setor.

Há cinco anos, a equipe econômica defendeu que não se justificava a opção pela renovação dos contratos, considerada uma excepcionalidade, pois o caminho usual é a licitação. O mecanismo era contestado em razão do volume de investimentos adicionais propostos pelas concessionárias, aquém do esperado.



### Em cima dos trilhos

Produtividade do sistema ferroviário está restrita a poucos trechos



Ferrovias	Grupos	Extensão (km)	Produtividade (TKU* milhões/km)	Velocidade Média (km/h)	Acidentes/milhão de trem x km
● Estrada de Ferro Carajás	Vale	996,2	172,7	31,59	1,21
● Estrada de Ferro Vitória-Minas	Vale	894,2	51,5	23,7	2,24
● Ferrovia Centro-Atlântica (FCA)	VLI	7.856,80	2,6	12,05	19,35
● Ferrovia Norte-Sul (tramo norte)	VLI	744,5	14,2	18,05	5,79
● Rumo Malha Norte	Cosan	735,3	53,3	23,72	2,47
● Rumo Malha Oeste	Cosan	1.973,10	0,3	8,62	18,12
● Rumo Malha Paulista	Cosan	2.119,20	4,1	11,36	9,6
● Rumo Malha Sul	Cosan	7.223,40	1,9	13,31	21,09
● Ferrovia Norte-Sul (tramo central)	Cosan	855,8	4,2	10,6	-
● Malha Sudeste (MRS Logística)	Vale e CSN	1.821,30	31,3	16,28	8,56
● Transnordestina (PI/CE)	CSN	4.295,10	0,2	8,31	60,61
● Ferrovia Tereza Cristina (FTC)	St. Lúcia, Vesone e Apply	161,6	1,6	21,73	30,06
● Estrada de Ferro Paraná Oeste	Gov. Paraná	248,1	0,3	23,28	-
● Ferrovia Integração Oeste-Leste (Fiol)	Bamin	537	-	-	-

Fonte: Ministério dos Transportes e ANTF

Além de estabelecer novas condições para a renovação dos contratos, o governo quer chamar as concessionárias que já prorrogaram as concessões para “ajustar” obrigações definidas por governos anteriores. Santoro explicou que a ideia é, em comum acordo com as ferrovias, usar a margem de ajuste oferecida pelos contratos renovados.

Até o fim de 2022, foram renovados os contratos das Estradas de Ferro Carajás e Vitória-Minas, da Rumo Malha Paulista e da Malha Sudeste (MRS Logística).

“Não queremos gerar insegurança nenhuma sobre o que foi decidido no passado. Não é isso. Vamos cumprir o contrato”, ressaltou Santoro. “As concessões passadas têm os mecanismos contratuais, que é revisão após 18 meses para se verificar algumas situações, além de vários mecanismos de reequilíbrio contratual. Se não houver acordo, o contrato tem mecanismos de arbitragem”, alertou.

Ribeiro afirmou que as próprias concessionárias já estão apresentando pedidos para rever “alguns dispositivos” nos contratos renovados. Algumas demandas, segundo ele, foram levadas pelas entidades que reúnem concessionárias.

A precificação dos ativos da concessionária é, por exemplo, um dos cálculos que o governo tem revisitado. Se for constatado que o valor está subestimado, pode ser exigido um aumento do volume de investimento.

Dois assessores diretos do ministro dos Transportes, Renan Filho, foram escalados para coordenar a preparação dos estudos econômicos e fazer a interlocução com o setor. Ao Valor o secretário-executivo, George Santoro, e o secretário nacional de ferrovias, Leonardo Ribeiro, disseram que o objetivo do governo é fazer a conta correta e melhorar o funcionamento das ferrovias com medidas para elevar produtividade e qualidade do serviço, além de ampliar a competição com novos operadores.

“Talvez precise de nova legislação, mas a gente está pensando agora em ter um portfólio normativo infralegal, com decreto e portarias”, disse Ribeiro. O secretário-executivo sinalizou que boa parte das novas normas será lançada ainda no primeiro semestre.

**“Não queremos gerar insegurança nenhuma sobre o que foi decidido no passado”**  
 — George Santoro

Além de estabelecer novas condições para a renovação dos contratos, o governo quer chamar as concessionárias que já prorrogaram as concessões para “ajustar” obrigações definidas por governos anteriores.

A mudança na dinâmica do setor ferroviário pretendida pelo governo deve afetar também a carteira de projetos dos contratos de autorização, possibilidade criada com o marco legal das ferrovias (Lei 14.273/21).

Se de um lado, o ministério pretende ser mais rigoroso com as concessionárias que administram os grandes troncos de malha ferroviária, por outro, quer ajudar a viabilizar “ramificações” na malha, especialmente as chamadas “short lines”.

A classificação das ferrovias de acordo com seu papel e importância para o sistema logístico constará na proposta de regulação preparada pelo governo. Para Ribeiro, a rede ferroviária tem que começar a trabalhar de forma “funcional e integrada” para começar a reduzir custos de logística.

Neste sentido, Santoro defende que, neste momento, mais importante que expandir as ferrovias no Brasil é ampliar a participação do segmento na matriz de transportes, que hoje é inferior a 30%. “Temos uma malha de 30 mil quilômetros que não tem capacidade operacional nem de dois terços dela. Temos que aumentar a capacidade operacional”.

O secretário de ferrovias ressalta que os quatro contratos de renovação, concentram 75% do total de toneladas por quilômetro útil (TKU) transportadas no país. Ele pontua que, além disso, quase a totalidade do que é transportado é de carga própria.

Para diversificar cargas e operadores, os secretários fazem coro na defesa de uma regulação que quebre “barreiras de entradas” para novos grupos.

O economista Claudio Frischtak, especialista em infraestrutura, afirma que a motivação do governo está correta, mas resta saber qual será o “modus operandi” para alcançar os objetivos. “É importante aumentar a eficiência do sistema, utilizar de forma mais racional os ativos existentes e, para tanto, é preciso fazer uma integração inter e intramodal, mas desde que não haja o rompimento de contrato ou isso gere insegurança jurídica.”

Marcus Quintella, diretor da FGV Transportes, também chama a atenção para o risco de “inviabilizar” as concessões existentes ou os avanços do modelo de autorização. “É uma discussão que precisa ser colocada na mesa com todos os players envolvidos. Não pode ser discutida só em nível de governo.”

**Fonte: Valor Econômico - SP**  
**Data: 16/05/2023**

## IGUÁ MINIMIZA IMPACTO DE DECRETOS E ESTUDA LEILÕES

Grupo prevê reduzir alavancagem neste ano  
*Por Taís Hirata — De São Paulo*



**Carlos Brandão, presidente da Iguá: Decreto federal estimula PPPs, mas não afeta plano de expansão da empresa — Foto: Leo Pinheiro/Valor**

A Iguá Saneamento segue interessada em disputar novos leilões, mesmo diante do cenário de rediscussão das normas do setor, afirma o presidente da companhia, Carlos Brandão. No alvo da empresa estão a PPP da Sanepar – com leilão marcado para julho deste ano -, a concessão de Porto Alegre, além de projetos em estudo em Sergipe e em Alagoas.

As mudanças trazidas pelos decretos federais, que alteraram parte da regulamentação do setor, não alteram a estratégia da Iguá, segundo Brandão. “Não impacta. O que mudou é a perspectiva do perfil



do investimento, que deverá ser mais focado em PPPs do que em concessões plenas. Mas isso não altera nosso plano de crescimento.”

Ele avalia que ainda é preciso aguardar para ver como ficarão as normas do setor, que hoje vivem um cenário de incerteza. Desde abril, quando o governo federal alterou a regulamentação do saneamento, houve reações políticas, tanto de grupos que questionaram as mudanças no Supremo Tribunal Federal (STF), quanto por parte da Câmara dos Deputados, que recentemente aprovou um projeto de decreto legislativo para reverter parte as alterações. A discussão ainda terá que passar pelo Senado Federal.

A Iguá opera 18 concessões no país. A principal delas é o Bloco 2 do Rio de Janeiro, que inclui os bairros de Barra da Tijuca, Jacarepaguá e Recreio dos Bandeirantes, além das cidades de Miguel Pereira e Paty dos Alferes. A empresa conquistou o lote em um leilão em 2021, em que ofereceu outorga de R\$ 7,3 bilhões. Além disso, se comprometeu com investimentos de R\$ 3 bilhões – em 2023, a expectativa é fazer obras no valor de R\$ 324 milhões.

Desde a vitória no leilão do Rio, porém, o grupo não conquistou novos projetos. A Iguá chegou a disputar a licitação de duas PPP no Ceará, mas não levou os contratos, que ficaram com a Aegea.

A empresa enfrenta um desafio financeiro, já que sua alavancagem (medida pela relação entre dívida líquida e Ebitda ajustado) encerrou 2022 em 8,6 vezes.

Apesar do indicador elevado, a maior parte da dívida, que soma um total de R\$ 5,6 bilhões, vence apenas em 2025 – basicamente os R\$ 4 bilhões do empréstimo-ponte contratado para o projeto no Rio. Neste momento, a empresa avalia antecipar a troca de uma parte dessa dívida, para diversificar o perfil do endividamento.

Além disso, segundo Brandão, há uma perspectiva de redução rápida da alavancagem, dado que o contrato do Rio, ainda em fase inicial, deverá ampliar a geração de caixa. A expectativa é reduzir o indicador a um patamar entre 6 vezes e 6,5 vezes neste ano.

Além disso, segundo Brandão, há uma perspectiva de redução rápida da alavancagem, dado que o contrato do Rio, ainda em fase inicial, deverá ampliar a geração de caixa. A expectativa é reduzir o indicador a um patamar entre 6 vezes e 6,5 vezes neste ano.

Um aporte adicional de recursos também poderá vir por meio da entrada de novo sócio, que a Iguá negocia desde o fim de 2022, conforme revelado pelo Pipeline à época. A ideia seria fazer uma transação primária de até R\$ 3 bilhões. Sobre a operação, Brandão preferiu não comentar.

A Iguá é controlada pela IG4 Capital e tem como acionistas principais os fundos de pensão canadenses AIMCo (Alberta Investment Management Corporation) e CPPIB (Canada Pension Plan Investment Board) – este último entrou no capital da empresa às vésperas do leilão do Rio, para capitalizar a companhia.

*Fonte: Valor Econômico - SP*

*Data: 16/05/2023*



**AGÊNCIA BRASIL - DF**

**BANCO DO BRASIL TEM LUCRO DE R\$ 8,5 BILHÕES NO PRIMEIRO TRIMESTRE**

Carteira de crédito cresce 16,8%, e soma mais de R\$ 1 trilhão

*Por Daniel Mello - Repórter da Agência Brasil - São Paulo*



O Banco do Brasil (BB) registrou lucro líquido ajustado de R\$ 8,5 bilhões no primeiro trimestre de 2023, segundo balanço divulgado nesta terça-feira (16), em São Paulo. O total representa crescimento de 28,9% em relação ao lucro líquido dos primeiros três meses de 2022. O retorno sobre patrimônio líquido ficou em 21%.

Na comparação com o período de janeiro a março de 2022, a carteira de crédito do banco teve expansão de 16,8% no primeiro trimestre deste ano, alcançando mais de R\$ 1 trilhão. O maior crescimento foi no crédito disponibilizado ao agronegócio, que teve alta de 26,7%, totalizando R\$ 322,5 bilhões.

A presidente do Banco do Brasil, Tarciana Medeiros, destacou a importância do setor para a instituição. “Somos os líderes desse segmento da economia e queremos ter posição de maior destaque. Os números demonstram a prioridade que damos para nossa parceria com o agronegócio: no atual plano safra, já desembolsamos mais de R\$ 148 bilhões, um crescimento de 30% sobre a safra anterior”, enfatizou em seu discurso.

O crédito consignado também tem destaque na estratégia do banco. A carteira de crédito para pessoa física teve expansão de 11,7% entre o primeiro trimestre do ano passado e o mesmo período de 2023, ficando em R\$ 300,1 bilhões. Desse montante, mais de R\$ 100 bilhões são de empréstimos com desconto em folha, uma alta de 40% em relação a 2022, que atende atualmente a 700 mil clientes.

A carteira de crédito para micro e pequenas empresas passou de R\$ 92,4 bilhões no primeiro trimestre de 2022 para R\$ 114,8 bilhões neste ano, alta de 24,2%. Os empréstimos para grandes empresas e governos cresceram 8,1%, e em março eram R\$ 247,2 bilhões.

### **Inadimplência**

O percentual de clientes com dívidas em atraso superior a 90 dias subiu de 1,89% em março de 2022 para 2,62% em março deste ano. O índice, segundo o Banco do Brasil, ainda é menor que a média de 3,3% do sistema financeiro nacional. No banco, as linhas de crédito para pessoa física têm o maior nível de problemas de pagamento, com inadimplência de 5,39%. “Aqui no Banco do Brasil nós já conseguimos enxergar que essa inadimplência atingiu o seu pico”, disse o CFO (diretor financeiro) da instituição, Geovanne Tobias, sobre a carteira para pessoas físicas.

Apesar da inadimplência na carteira destinada a empresas ser menor - 2,13% em março de 2023 contra 1,23% no mesmo mês do ano passado – a direção do banco ainda não vê estabilidade nesse segmento. “Na pessoa jurídica nós tivemos, sim, uma continuidade desse crescimento que reflete, principalmente nesse primeiro trimestre, o que aconteceu no mercado de captação das grandes empresas de títulos privados, basicamente esse mercado travou. Ficou mais caro e mais difícil para as empresas se refinanciarem no mercado de capitais”, argumentou Tobias.

No agronegócio, os problemas de pagamento permaneceram em um patamar estável, 0,6% em 2022 e 0,59% neste ano.

Nas projeções para 2023, o Banco do Brasil espera expandir a carteira de crédito entre 8% e 12%. O lucro líquido ajustado estimado para o ano é de R\$ 33 bilhões a R\$ 37 bilhões.

*Fonte: Agência Brasil - DF*

*Data: 16/05/2023*

### **PETROBRAS REDUZ EM R\$ 0,44 VALOR DO DIESEL E EM R\$ 0,40 O DA GASOLINA**

Valores dizem respeito à venda para distribuidoras

*Por Alex Rodrigues\* - Repórter da Agência Brasil - Brasília*

A Petrobras acaba de anunciar a redução em R\$ 0,44 por litro do preço médio do diesel para as distribuidoras, que passará de R\$ 3,46 para R\$ 3,02.

Já o preço médio da gasolina será reduzido em R\$ 0,40 por litro, passando de R\$ 3,18 para R\$ 2,78 - valor pago pelas distribuidoras.

Em nota, a Petrobras destaca que o valor cobrado ao consumidor final nos postos é afetado por outros fatores como impostos, mistura de biocombustíveis e margens de lucro da distribuição e da revenda.

Brasília (DF), 16.05.2023 - Presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, ao lado do ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, defende 'abrasileirar' preços e anuncia redução no valor dos combustíveis, em entrevista coletiva em Brasília. Fábio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil



**Presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, ao lado do ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, defende 'abrasileirar' preços e anuncia redução no valor dos combustíveis, em entrevista coletiva em Brasília. Foto: Fábio Rodrigues-Pozzebom/Agência Brasil**

"A Petrobras recupera sua liberdade de estabelecer preços. Nos alforriamos de um único e exclusivo fator, que era a paridade", afirmou o presidente da Petrobras, Jean Paul Prates à imprensa, em Brasília.

"Era hora de abrasileirar os preços dos combustíveis", avaliou o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, destacando que hoje é um dia de festa para o governo e para a sociedade.

### Gás de cozinha

A Petrobras anunciou também uma redução de 21,3% no preço médio de venda do gás liquefeito de petróleo (GLP).

A partir desta quarta-feira (17), a Petrobras venderá o botijão de 13 quilos de GLP às distribuidoras por um valor, em média, R\$ 8,97 inferior ao atual. Se as distribuidoras repassarem a economia integralmente ao consumidor final, o botijão poderá chegar às residências pelo preço médio de R\$ 99,87.

"Esta é a melhor notícia. Baixamos [o preço do botijão] de R\$ 100", comentou Prates logo após se reunir com o ministro de Minas e Energia. De acordo com o presidente da Petrobras, esta é a primeira vez, desde outubro de 2021, que o preço do botijão de gás vendido às distribuidoras cai abaixo dos R\$ 100.

**Fonte: Agência Brasil - DF**  
**Data: 16/05/2023**

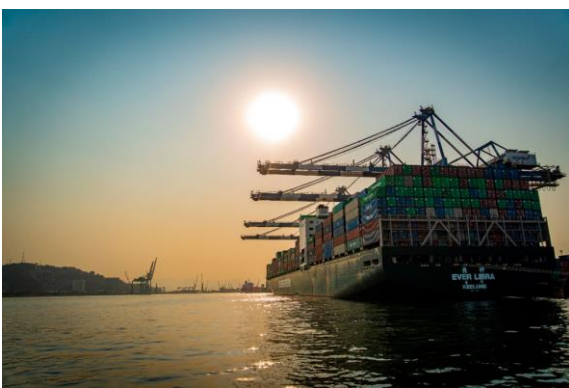
## portosenavios

### PORTAL PORTOS E NAVIOS

#### DECISÃO SOBRE RENOVAÇÕES DEFINIRÁ CONTINUIDADE OU MUDANÇAS NO STS-10

Por Danilo Oliveira PORTOS E LOGÍSTICA 16/05/2023 - 18:15

Secretário Nacional de Portos disse que processo para licitação para novo Tecon em Santos está em aberto e



*levará em conta pedidos de prorrogação contratual da BTP e da Ecoporto*

O secretário nacional de portos e transportes aquaviários, Fabrizio Pierdomenico, disse, nesta terça-feira (16), que a análise sobre os processos de renovação da Ecoporto e da BTP ajudará a fundamentar a decisão sobre a continuidade ou eventuais mudanças do projeto do novo terminal de contêineres do Porto de Santos (SP), na área chamada de STS-10.

"Nesse momento, estamos analisando o quanto é importante a renovação e o que significa do ponto de vista de investimento essas duas possíveis renovações (Ecoporto e BTP), que afetariam o STS-10. Por isso, o STS-10 está em aberto", afirmou Pierdomenico, durante o evento Santos Export. O secretário também não descartou a possibilidade de não renovar. "A depender das decisões tomadas e das renovações que forem feitas, vai mudar a cara do STS-10. Inclusive não existir mais o STS-10. Essa é uma possibilidade", ressaltou.

Ele argumentou que o STS-10 está em revisão porque existem algumas decisões a serem tomadas antes da área ser inserida em licitação. Uma delas é a troca da área do terminal de passageiros (Concais) para o Saboó, que o Ministério de Portos e Aeroportos considera fundamental para trazer benefícios para a relação porto-cidade. Pierdomenico acrescentou que a recuperação de uma área degradada no Cais do Valongo, anunciada na última segunda-feira (15), vai pegar uma parte do STS-10, o que deve exigir um ajuste na área do megaterminal.

Outro projeto em estágio mais avançado para arrendamento em Santos é o STS-53, destinado à movimentação de fertilizantes. Segundo Pierdomenico, esta licitação também depende da decisão sobre retirar o terminal da Concais e levá-lo para Saboó, o que liberaria uma área que a autoridade portuária deverá definir a futura atividade, como movimentação de fertilizantes, carga geral, carga de projeto, ou outros tipos de produtos.

"Essa questão será debatida com a autoridade portuária, mas não dá para se precipitar porque não dá para fazer o STS-53 sem a troca de área — retirar o Concais de lá para liberar aquela área é fundamental. Não é possível avançar nesse momento precisam acontecer, na sequência, tirando uma e colocando outra", salientou Pierdomenico.

**Fonte: Portal Portos e Navios - RJ**

**Data: 16/05/2023**

## **ORÇAMENTO ADICIONAL AUXILIARÁ ESTUDOS SOBRE CONCESSÕES DE TRECHOS HIDROVIÁRIOS, DIZ NERY**

**Por Danilo Oliveira NAVEGAÇÃO 15/05/2023 - 22:25**



### **Arquivo/Divulgação**

*Diretor-geral da Antaq destacou que aumento do repasse pelo MPor poderá estruturar melhor área de tecnologia de informação para expandir trabalhos de fiscalização*

O diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Eduardo Nery, adiantou, nesta segunda-feira (15), que o reforço orçamentário à autarquia beneficiará o desenvolvimento de estudos voltados à análise de viabilidade de concessões de

importantes trechos de hidrovias no Brasil. Ele disse que esses trabalhos também estão ligados à necessidade de melhorar a qualidade de transporte de passageiros, que é um desafio e uma prioridade, em especial da região Norte.

O anúncio oficial está previsto para ocorrer nesta terça-feira (16) e prevê um aumento do repasse do Ministério de Portos e Aeroportos à agência da ordem de 17%, segundo a pasta. Nery citou que, além de projetos em andamento, como a Hidrovia do Rio Uruguai, que interligará a Lagoa Mirim à



Lagoa dos patos), existem estudos para uma futura concessão da infraestrutura aquaviária da Barra Norte, ligando a foz do Rio Amazonas aos portos da região amazônica.

Nery disse que, a partir desse reforço, a Antaq poderá estruturar melhor a área de tecnologia de informação para expandir a fiscalização. "Precisamos aumentar os braços de fiscalização da agência (...). O concurso público é importante para suprir algumas necessidades, mas nunca teremos uma fiscalização efetiva sem o apoio sólido de ferramentas de TI", afirmou durante a abertura do evento Santos Export.

### Sustentabilidade

O diretor-geral da Antaq destacou que, além do desenvolvimento do Índice de Desempenho Ambiental (IDA) e de uma agenda ambiental robusta, a agência reguladora trabalha em uma série de ações na área de sustentabilidade. Ele mencionou que a Antaq desenvolve estudo a fim de verificar como o setor aquaviário brasileiro se estruturou e está planejado para melhorar a relação portuária. Além de identificar como a infraestrutura portuária está preparada para atender às indústrias de hidrogênio verde e de implantação de parques eólicos offshore.

Em outra frente, um estudo para avaliar como os portos brasileiros se preparam para a transição energética e para receber embarcações com combustíveis menos poluentes. Outro desafio da área de sustentabilidade, segundo Nery, será a criação de um inventário de emissões de carbono. "Assim como a agência já provê ao setor informações consolidadas da movimentação de carga (estatístico aquaviário), criar um estatístico de emissões de carbono seria uma grande contribuição para o setor e para a pauta de sustentabilidade", projetou.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

*Data: 16/05/2023*



## MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA

**ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA [MERCOSHIPPING.COM](http://MERCOSHIPPING.COM) E NO [LINKEDIN.COM](http://LINKEDIN.COM)**

Este conteúdo também está disponível na [www.mercoshipping.com](http://www.mercoshipping.com) e no [www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda](http://www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda)

*Fonte : InforMS*

*Data: 16/05/2023*